

Seminário Integrador I

Leonardo Beroldt

Egon Roque Fröhlich

Gianpaolo Knoller Adomilli

João Armando Dessimon Machado

Organizadores

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Seminário Integrador I



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

Secretário

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário

Silvestre Novak

Comitê Editorial

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lucia Fernandes Carneiro

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Sérgio Roberto Kieling Franco,
presidente

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Santos

Ana Lígia Lia de Paula Ramos

Carlos Alberto Steil

Cornelia Eckert

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Tania Mara Galli Fonseca

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Seminário Integrador I

Leonardo Beroldt

Egon Roque Fröhlich

Gianpaolo Knoller Adomilli

João Armando Dessimon Machado

Organizadores

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


UFRGS
EDITORA


SEAD
Secretaria de
Educação a Distância


CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores
1ª edição: 2009
Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Ignacio Antonio Neis, Sabrina Pereira de Abreu e Rosany Schwarz Rodrigues
Editoração eletrônica: Luciane Delani

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

S471 Seminário Integrador I/organizado por Leonardo Beroldt ... [et al.] ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

88 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação a Distância)

Inclui referências.

1. Desenvolvimento rural. 2. Desenvolvimento rural – Planejamento - Gestão. 3. Realidade agrária. 4. Desenvolvimento local – Desenvolvimento regional – Problemática. I. Beroldt, Leonardo. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

CDU 631:330.34

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0097-8

SUMÁRIO

Apresentação	7
Unidade 1 – Aspectos conceituais e teóricos	9
1.1 Conteúdos	10
1.1.1 Texto didático da Unidade 1	10
1.1.1.1 Paradigma	11
1.1.1.2 Modelo	12
1.1.1.3 Organização	13
1.1.1.4 Instituição	14
1.1.1.5 Cultura	15
1.1.1.6 Agricultura familiar	17
1.1.1.7 Planejamento	18
1.1.1.8 Etnocentrismo	19
1.1.1.9 Método	20
1.1.1.10 Reforma agrária	21
1.1.1.11 Teoria	22
1.1.1.12 Mudança social	23
1.1.1.13 Globalização	24
1.1.1.14 Desenvolvimento rural	25
1.1.1.15 Gestão	27
1.1.2 Fórum de discussão da Unidade 1	30
1.1.3 Construindo um glossário	30
1.2 Aplicação dos conhecimentos	31
1.3 Atividades práticas	31
1.4 Bibliografia	31
1.4.1 Bibliografia básica da Unidade 1	31
1.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 1	31
Unidade 2 – O desenvolvimento rural em nível local e regional	33
2.1 Conteúdos	33
2.1.1 Texto didático da Unidade 2	33
2.1.1.1 Em torno da noção de desenvolvimento	34
2.1.1.2 Desenvolvimento e socioambientalismo	37
2.1.1.3 Territorialidade e paisagem: a natureza como obra da cultura no âmbito da diversidade de saberes e fazeres dos grupos humanos	39
2.1.1.4 À guisa de conclusão: rumo ao etnodesenvolvimento,	

seus problemas e perspectivas.....	40
2.1.2 Fórum de discussão da Unidade 2	44
2.1.3 Atividade de avaliação	45
2.2 Aplicação dos conhecimentos	45
2.3 Atividades práticas	45
2.4 Bibliografia.....	45
2.4.1 Bibliografia básica da Unidade 2	45
2.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 2	46
Unidade 3 – A realidade agrária.....	47
3.1 Conteúdos.....	47
3.1.1 Texto didático da Unidade 3	47
3.1.1.1 Origens da formação agrária brasileira (1500-1850)	48
3.1.1.2 A questão agrária do século XIX ao século XX no Rio Grande do Sul: a metamorfose das regiões norte e sul do estado	49
3.1.1.3 A questão agrária e rural contemporânea no Brasil.....	53
3.1.1.4 Mudanças na agricultura sul-rio-grandense a partir do século XX.....	55
3.1.1.5 O período da modernização da agricultura: transformações recentes.....	61
3.1.2 Fórum de discussão da Unidade 3	70
3.1.3 Atividade de avaliação	70
3.2 Aplicação dos conhecimentos	71
3.3 Atividades práticas	71
3.4 Bibliografia.....	71
3.4.1 Bibliografia básica da Unidade 3	71
3.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 3	72
Unidade 4 – O papel do estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento local e regional	73
4.1 Conteúdos.....	73
4.1.1 Texto didático da Unidade 4	73
4.1.2 Fórum de discussão da Unidade 4	78
4.1.3 Atividade de avaliação	78
4.2 Aplicação dos conhecimentos	79
4.3 Atividades práticas	79
4.4 Bibliografia.....	79
4.4.1 Bibliografia básica da Unidade 4	79
4.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 4	80

A disciplina **Seminário Integrador I**, oferecida no segundo semestre do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, objetiva promover a reflexão dos conteúdos estudados nos dois primeiros semestres, numa perspectiva multidisciplinar. O estudante é estimulado a refletir criticamente sobre a realidade agrária na qual está inserido, analisando a problemática do desenvolvimento local e regional e procurando identificar seus fatores limitantes e suas potencialidades.

Assim sendo, o **Seminário Integrador I** visa a inter-relacionar os conteúdos das diferentes disciplinas estudadas pelos discentes até o presente estágio do Curso. Seu objetivo primordial é despertar nos estudantes uma elaboração pessoal por meio de sínteses, tendo por amparo os textos estudados e lidos. Naturalmente, essas sínteses serão diferentes em face da diversidade de contextos e polos de proveniência dos estudantes. Apesar das peculiaridades regionais, espera-se enriquecer a formação teórica dos estudantes, tornando-os sujeitos de sua cidadania, enriquecidos com os conteúdos aportados pelo estudo a distância. Tendo em vista o horizonte de atuação no mercado de trabalho voltado para o planejamento e a gestão de políticas públicas, busca-se despertar os estudantes para questões que incorporam a dimensão da ação dos atores sociais nas diversas instâncias dos processos de desenvolvimento.

Neste contexto, os tutores a distância constituem os elos e canais estimuladores da integração entre conhecimentos teóricos e empíricos. A relação tutor-aluno é a chave para o sucesso do aprendizado, pois constitui um canal para a discussão e o debate de determinados temas nos fóruns, bem como para a realização das tarefas e demais atividades que posteriormente serão avaliadas e comentadas. Além disso, é preciso considerar que a síntese realizada pelo discente constitui um passo pessoal oportuno neste momento do Curso, quando se visa uma elaboração própria, na perspectiva socrática, ou seja, que brote da criação e elaboração do próprio aluno, facilitando a incorporação das perspectivas e abordagens estudadas. Enquanto pensadores e agentes sociais, os estudantes devem ser capazes de decifrar o mundo à sua volta. Terão, assim, a oportunidade de retomar parte dos conteúdos trabalhados nas disciplinas anteriores, através de um olhar que lance uma nova luz sobre tais conteúdos, por meio da articulação entre as perspectivas de duas ou mais disciplinas. Para tanto, será necessário realizar um esforço no intuito de estabelecer conexões e aplicar o conhecimento adquirido em diferentes abordagens temáticas.

O diferencial da disciplina não está na apresentação formal de novos conteúdos aos estudantes. Trata-se, antes, de um desafio inovador em termos de ensino de graduação, sendo o discente estimulado e ao mesmo tempo cobrado constantemente

para o aproveitamento dos conteúdos das diversas disciplinas na construção de conhecimento próprio.

Ementa

- ▶ A problemática do desenvolvimento rural, com ênfase na articulação das observações e informações de caráter predominantemente empírico encontradas em nível local com as reflexões teóricas em nível regional.
- ▶ Caracterização da realidade agrária.
- ▶ Identificação dos fatores limitantes e potencialidades locais e regionais.

Objetivos

Constituem objetivos precípuos do **Seminário Integrador I**:

- (1) refletir sobre as diferentes abordagens do Desenvolvimento Rural sob um viés multidisciplinar, buscando interfaces entre as diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a História, a Economia, a Agromonia, entre outras, aplicadas à realidade local/regional;
- (2) aprofundar a reflexão sobre a realidade agrária à luz de fatores socioantropológicos, tais como as consequências do processo de globalização, o etnocentrismo, as diferenças culturais, a relação entre tradição e modernidade, as mudanças sociais, a reforma agrária, as organizações sociais, os modelos de desenvolvimento rural, entre outros, como possíveis limitadores de mudanças em determinados contextos;
- (3) estimular e auxiliar o corpo discente a efetuar uma síntese integradora dos conteúdos considerados mais relevantes, de acordo com o proposto pelas disciplinas do Curso até o presente estágio, com enfoque nos seguintes conteúdos, repartidos em quatro Unidades: aspectos conceituais e teóricos; o desenvolvimento rural em nível local e regional; a realidade agrária; o papel do Estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento local e regional.

Introdução

Aquele que ingressa no ensino universitário é introduzido num mundo aparentemente caótico, que, depois, se manifesta ordenado, disciplinado e organizado, à medida que o estudante for se integrando no âmbito do conhecimento científico.

O ingresso na academia oferece, pois, aos estudantes a oportunidade de aperfeiçoar-se no campo da reflexão e da discussão para desenvolverem sua maturação intelectual. As portas do intelecto se abrem através dos conceitos apreendidos da realidade e formulados a partir das experiências concretas, ou por meio de teorizações e abstrações feitas a partir de leituras e reflexões. A introdução dos estudantes nas categorias científicas ou conceitos em sentido amplo abre seus horizontes, despertando suas mentes para o fascinante crescimento intelectual.

Nesse sentido, os conceitos propostos no início do Seminário Integrador visam a auxiliar o estudante na elaboração dos conceitos pertinentes, capacitando-o, através do estudo e da reflexão, ao exercício consciente e continuado de atividade profissional.

Objetivos

Os objetivos da Unidade 1 são:

- (1) estimular o estudante a refletir e discutir sobre os conceitos ou termos propostos, para que ele elabore sua própria conceituação, valendo-se de autores estudados nas disciplinas do Curso bem como de outras fontes;
- (2) oferecer ao discente a oportunidade de adquirir conceitos fundamentais, originários, em parte, dos conteúdos das disciplinas do Curso e que sirvam para o aprimoramento de sua formação teórico-analítica;
- (3) propor ao estudante um instrumental adequado para que ele participe nos fóruns subsequentes e amplie seus conhecimentos em torno do desenvolvimento rural; e
- (4) conscientizar o estudante da necessidade de clareza em seu mundo conceitual, para que seja apto a elaborar textos aprimorados visando a participar de eventos, encontros e congressos, e desenvolva sua habilidade discursiva.

1.1 CONTEÚDOS

1.1.1 Texto didático da Unidade 1

O papel dos conceitos na introdução ao conhecimento científico: propostas para a elaboração do Glossário do Seminário Integrador

*Egon Roque Fröhlich*¹
*Cristiane Tonezer*²
*Jane Klusener*³
*Sarita Mercedes Fernandez*⁴

Ao ingressar na universidade nos dias atuais, o estudante inicia um processo de assimilação e construção de conhecimento intelectual e reflexivo diferente da comunicação entre os cidadãos comuns em seu dia a dia. Para o cidadão com limitada educação formal, a conversação e o debate em torno de conceitos abstratos e teorizações podem tornar-se extremamente complicados.

Por isso, a disciplina **Seminário Integrador I** propõe-se a oferecer aos estudantes a oportunidade de, integrá-los na tarefa de fundamentarem sua formação mediante a aquisição de conceitos claros, para que aproveitem melhor as disciplinas de seu currículo universitário.

Nesta perspectiva, apresentamos a seguir diversos conceitos, sem defini-los, mas contextualizando-os, esperando, com isso, que o estudante descubra a relevância da clareza conceitual em seus estudos universitários e que, posteriormente, possa viver e agir como cidadão lúcido e perspicaz, habilitado para auxiliar em decisões importantes em sua atuação em prol da cidadania.

O **Seminário Integrador I** propõe-se a auxiliar os ingressantes no Ensino Superior a assimilarem conceitos relevantes para o aproveitamento das disciplinas em curso ou a serem cursadas no PLAGEDER.

Nesta perspectiva, são apresentados conceitos de amplo uso na literatura científica, trabalhados em parte nas disciplinas do Programa, a fim de que o estudante seja apto a efetuar sua própria síntese a partir do conhecimento adquirido até esta etapa do Curso.

1 Ph. D. em Mass Communications (Universidade de Wisconsin, EUA); docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS).

2 Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial; mestranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

3 Especialista em Informática na Educação (PUC-RS).

4 Bióloga; mestranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

1.1.1.1 PARADIGMA

Um desses conceitos básicos é o de *paradigma*. Trata-se de um termo que designa um conceito difícil e complexo, acerca do qual pensadores e teóricos propõem diferentes generalizações a partir de teorias e resultados de pesquisas científicas.

Thomas Kuhn, físico teórico, em sua conhecida obra *A estrutura das revoluções científicas* (1996), propôs a concepção de paradigma na perspectiva das revoluções do pensamento científico, levando, assim, à reformulação e à reorientação de concepções teóricas que fundamentam a prática da ciência.

A obra intitulada: *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*, de Agnes Heller et alii (1999), apresenta especialistas de renome mundial – em Filosofia, Economia, Ciência Política, História, Antropologia, Sociologia e Relações Internacionais – que debatem o conceito de paradigma segundo sua própria formação, mostrando diversidade e riqueza de abordagens.

Além dessas abordagens, é possível interpretar a realidade em outras perspectivas paradigmáticas, como o conhecido paradigma clássico e neoclássico (que analisa a ciência econômica em diferentes países, situações e contextos); os paradigmas histórico e dialético (que interpretam e refletem sobre a evolução da história da humanidade em seus conflitos, lutas e contradições); o paradigma estrutural-funcionalista (que estuda as estruturas e as funções das sociedades humanas em seus diferentes níveis); além de outros, com ênfase especial nos paradigmas analítico/cartesiano e sistêmico, estudados na disciplina **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**.

O paradigma analítico/cartesiano fundamenta-se em uma visão mecanicista, linear e racionalista do homem e da natureza. Em sua abordagem, adotava-se uma concepção da natureza como sendo uma máquina regida por leis matemáticas exatas e absolutas. Foi a visão predominante no pensamento científico durante séculos, fortemente embasada na disciplinaridade, no reducionismo, na especialização, na validação experimental e na priorização dos aspectos quantitativos. Esse paradigma influenciou durante muito tempo a investigação científica, tendo sido amplamente usado.

Restrições começaram a surgir no decorrer do tempo, devido à impossibilidade de se compreenderem certos fenômenos naturais ditos complexos (por exemplo, fenômenos climáticos, doenças dos seres vivos, ecossistemas, etc.). Assim, ao longo dos séculos, emergiu, em diferentes áreas do conhecimento, um processo de reorientação, de revigoramento e de questionamento científico; ou seja, o paradigma ou abordagem sistêmica. Entre inúmeros cientistas e pensadores, destaca-se o biólogo Bertalanffy, com a *Teoría general de los sistemas* (1995). Nesta obra, que contém estudos acerca de sistemas complexos na natureza e no crescimento dos seres vivos e acerca dos sistemas naturais, o autor afirma: “O comportamento do todo é mais complexo do que a soma dos comportamentos das partes”.

A abordagem sistêmica apresenta-se como algo novo para a compreensão e o estudo dos fenômenos complexos. Sem se opor ou se contrapor à abordagem cartesiana, ela se propõe a ser uma metodologia capaz de organizar os conhecimentos

para uma ação mais eficaz. Esse paradigma torna-se mais importante à medida que ocorrem interações, retroações, emergências e imposições. Na abordagem sistêmica, há uma interação entre os elementos: (a) complexidade (quantidade e tipos de relações); (b) totalidade (não é possível compreender os elementos isoladamente); (c) hierarquia (do menos ao mais complexo); e (d) organização (forma-se uma nova unidade com característica que os elementos não possuem individualmente).

Na visão sistêmica, há também um ponto de vista estrutural a ser considerado, pois, segundo essa dimensão, há: (a) uma fronteira que separa o sistema de seu entorno; (b) elementos constitutivos que podem ser identificados, contados e classificados; e (c) redes de canais de transporte e comunicação. Há igualmente um ponto de vista funcional a ser considerado, pois há fluxos, centros de decisão, canais de retroação (*feedback*), prazos, entradas e saídas do sistema, com relações de troca com seu entorno.

Não há antagonismo entre essas duas abordagens da realidade. É possível que dialoguem entre si. Ao analisar momentos da realidade de forma linear e mecanicista, pode-se ampliar a investigação para uma visão sistêmica, precisando em que se assemelham e se diferenciam. É importante verificar que paradigma auxilia a explicar melhor a realidade em suas relações sociais e sistêmicas. De certa forma, toda a estrutura curricular do PLAGEDER tem implícita em sua estrutura uma abordagem sistêmica, que consiste em analisar o local no nível macro e verificar como o geral repercute no local.

O conceito de paradigma também pode ser explicado de acordo com a capacidade do estudante de expor sua visão da realidade, seja local, seja regional, isto é, sua percepção como cidadão no contexto atual, em uma dimensão política, social, cultural, econômica e participativa. Assim, tendo por amparo os textos estudados nas disciplinas, ele terá condições para aprofundar sua reflexão acerca de um conceito usado na academia, propondo “olhares de análise” com enfoques variados.

Em suma, o estudante escolhe o paradigma ou referencial teórico que julga ser o mais coerente para estudar e interpretar a realidade, valendo-se também de um modelo conceitual próprio, bem como de um método de análise que seja adequado para sua investigação.

1.1.1.2 MODELO

Na linguagem diária, a palavra *modelo* se presta a muitos usos: por exemplo, modelo de desenvolvimento, modelo de propriedade agrícola, modelo de difusão de inovações ou de uma nova tecnologia, modelo de escola profissional rural, modelo de empresa rural bem-sucedida, modelo de curso universitário a distância, modelo de grupo étnico, e assim por diante.

Durante parte da evolução científica da humanidade, o conceito de paradigma esteve estreitamente relacionado com o conceito de modelo. Houve períodos em que os termos eram usados indistintamente. O conceito de modelo pode ser considerado como uma orientação geral para estudar as relações de certa classe de

fenômenos. Assim, fala-se de modelos de explicação, no sentido de diretrizes como guias para o esforço da reflexão e da investigação.

Na academia, esse conceito é muito discutido e usado, como mostra Galliano (1981). Ele serve para mostrar a inter-relação entre fatores ou variáveis, quer se trate de modelos simples, quer de modelos complexos na Matemática, na Estatística e na Econometria. A relação entre dois fatores ou variáveis constitui o modelo mais simples. Por exemplo: a inflação, que tanto preocupa as pessoas, pode estar relacionada a diferentes fatores, como constatam economistas e estatísticos.

Às vezes, os modelos de explicação se apoiavam em objetos inanimados, como máquinas construídas pelo homem. O termo *escada* (do latim, *scala*) está associado à ideia de escala social (alta, média e baixa); a pirâmide representava hierarquia (poder e posição na política) e posse de bens, colocando os pobres na base da pirâmide e os ricos em seu topo. A associação com a máquina deve-se às funções desempenhadas pelos cidadãos, seja em órgãos públicos (universidades oficiais), seja em empresas (cooperativas agrícolas). Daí a expressão: a máquina burocrática está emperrada.

Com a crise econômica mundial, diariamente se discutem, nos meios de comunicação, vantagens e desvantagens de modelos econômicos de países avançados e em desenvolvimento. De acordo com Galliano (1981), os modelos não são explicações acabadas, mas recursos para orientar a pesquisa e a reflexão, para propor problemas ou sugerir coleta de dados ainda não disponíveis.

Uma característica importante dos modelos reside no fato de seu uso permitir uma análise da realidade no momento presente, ou seja, de captar uma parte da realidade, o que pode constituir uma limitação. Geralmente os modelos enfatizam a operacionalização e a inter-relação de fatores ou variáveis a serem analisados. Evita-se, em princípio, falar em modelo certo ou errado, mas diz-se que o modelo a ser comprovado é coerente e está em consonância com a teoria e a realidade a ser explicada. Convém valer-se de modelos na medida em que eles ajudam a confirmar teorias acerca da realidade a serem comprovadas.

Certas disciplinas do currículo do PLAGEDER propõem modelos de reflexão e de abordagem, como é o caso das perspectivas e estruturas apresentadas em **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários, Organização Social e Movimentos Sociais Rurais e Agricultura e Sustentabilidade**. O tema de pesquisa do estudante está relacionado ao meio rural e à intervenção necessária para estimular seu desenvolvimento. O estudante escolhe o modelo ou os modelos de intervenção que se adequem à sua investigação.

1.1.1.3 ORGANIZAÇÃO

Costuma-se dizer que, à medida que as sociedades se organizam, elas se desenvolvem mais e mais. O substantivo latino *organum* ('órgão'), que originou o verbo *organizare* ('dispor de forma a tornar apto à vida', 'dotar de uma estrutura'), constitui a origem do termo *organização*, que se visualiza a partir de núcleos pequenos que vão aumentando.

Comumente as organizações de pessoas são constituídas a partir das bases da população, tendo a família como exemplo clássico de organização. As associações espontâneas têm muita importância nas sociedades em geral, tanto em nível local (vilarejos, aldeias) quanto em nível regional, etc., visto que elas brotam ou surgem da conversação informal, da discussão e da conscientização, geralmente a partir de poucas pessoas que se reúnem em pequenos grupos que se unem em torno de interesses comuns, formando organizações sociais. Assim se originam as diferentes organizações esportivas, entidades recreativas de toda sorte, grupos de carta e bocha, caça e pesca, e outros.

À medida que as sociedades evoluem, as organizações, outrora embrionárias, se estruturam, se corporificam e se consolidam; elas criam elos entre si, se ampliam em torno de objetivos sociais (clubes recreativos), econômicos (cooperativas agrícolas), culturais (CTGs, grupos de danças folclóricas, orquestras e grupos corais), educacionais (escolas confessionais e universidades privadas), sindicatos rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos urbanos, e outros. Donos de empresas privadas, como as da indústria automobilística, do álcool, do aço e das telecomunicações, mostram que há uma extensa teia de ligações associativas atuando em todos os níveis da sociedade atual.

A Sociologia das Organizações, bem como parte da Psicologia Social, dá atenção e cuidado especial a este tema e enfatiza sobremaneira o estudo deste tipo de associação em todos os níveis da sociedade. Grupos de pressão se expandiram nas últimas décadas, haja vista os Movimentos dos Sem-Teto, dos Sem-Terra, etc., compreendendo numerosas entidades associativas de reivindicação com sedes nas cidades (sindicatos de trabalhadores nas fábricas), que exigem liderança, persistência e coragem. Associações de proprietários de imóveis, sociedades artísticas, artísticas ou literárias, além de clubes de jardinagem, também se multiplicam.

No Curso, a disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais** trata com abrangência desta temática, auxiliando o aluno a compreender como organizações sociais são importantes na vida do cidadão em multifacetados setores. As reivindicações, as lutas de poder e de prestígio são frequentes nesses sistemas sociais de diferentes níveis.

O estudante universitário interessado no estudo do meio rural está capacitado para interpretar os movimentos promovidos por associações com objetivos reivindicatórios, muitos dos quais estão consolidados em municípios sul-rio-grandenses, bem como aqueles que se autodenominam de movimentos pela posse da terra.

1.1.1.4 INSTITUIÇÃO

Instituições sociais constituem outro tipo de organização social. Costumam ser consideradas como sendo mais universais e abrangentes do que as organizações sociais. A organização, em sua formação, constituição e consolidação, parte geralmente das bases da população; quanto às instituições, ao contrário, sua origem ou constituição emana do núcleo central do governo; ou seja, elas são originadas, constituídas e

efetivadas através de legislação própria, imposta pelos governos, do topo para a base. As instituições são impostas pelo poder público constituído, através da Constituição Federal, de leis, decretos-leis e outros instrumentos.

Nesse sentido, ouve-se falar de instituições sociais governamentais em nível municipal (Prefeituras e Câmaras de Vereadores), estadual (Governador, Deputados estaduais, com as Secretarias estaduais) e em nível federal (compreendendo a Presidência da República, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Sistema Judiciário, os Ministérios), incluindo-se neste rol as universidades públicas, os colégios estaduais públicos e as escolas municipais.

Quanto mais autoritário é um regime de governo, com tanto mais vigor e determinação são implementadas, controladas e instituídas, na prática, as instituições. Os regimes militares, com estruturas formais rígidas, regulamentos severos e controle formal, dão pouca margem a contestações e a negociações com seus subalternos.

Outros exemplos de instituições sociais são as ordens religiosas masculinas e femininas ligadas à Igreja Católica. Suas Constituições, que compreendem regulamentos, normas e orientações propostas pelos fundadores ou pelos superiores, são de obediência obrigatória. Sua inspiração de ideal religioso visa a atuar em benefício do próximo, dos pobres e desamparados, a pregar o Evangelho e outros ideais. Outras religiões têm seus ideais próprios, que são seguidos pelos adeptos de acordo com as suas convicções.

As organizações sociais e instituições sociais se entretecem em suas atividades. Há uma interdependência e complementaridade de propósitos, objetivos e processos de atuação em diferentes setores. Quando atuam em harmonia, podem resultar em significativo benefício para os cidadãos. Haja vista o PLAGEDER, originário de uma instituição federal, atuando em consonância com instituições oficiais locais e empresas privadas, visando à formação acadêmica dos estudantes.

O acadêmico será capaz de perceber e discernir com propriedade a relação entre os dois tipos de entidades. Dificilmente ele será bem-sucedido em sua atividade profissional e social se não estiver ligado ou afiliado a alguma associação em nível local. Na escolha de sua profissão, no desejo de intensificar sua formação intelectual, ele percebe que a sociedade é direcionada para obter auxílio e apoio através de associações privadas ou públicas. Os fluxos de informação se originam delas e fluem através delas, em um sistema de retroalimentação (*feedback*). Assim, é possível auxiliar na implementação do desenvolvimento em nível local.

1.1.1.5 CULTURA

A disciplina **Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural** introduz a reflexão sobre a alteridade cultural, no sentido de respeitar as culturas de outros povos. Dependendo da história e das escolhas políticas, as concepções de cultura variam de acordo com os agentes públicos e privados e as inúmeras composições entre eles. Há autores, entre os quais Valiati et alii (2007), que afirmam que as culturas podem ser consideradas como bens coletivos e indivisíveis.

Para os antropólogos, a cultura engloba os modos de vida transmitidos pelos indivíduos e grupos que vivem em sociedade. O termo *cultura* não se restringe ao domínio da Antropologia. Outras áreas do saber humano – Agronomia, Artes, Biologia, História, Literatura, Sociologia, etc., valem-se dele, mas com conotações e significados diversos. O conceito de cultura também é associado com frequência ao desenvolvimento do indivíduo, denotando instrução e educação; nesse sentido, a pessoa culta adquiriu um certo domínio intelectual ou artístico em determinada área do saber.

Para Leslie A. White (apud LAKATOS & MARCONI, 2008, p. 134), as coisas e acontecimentos que constituem a cultura situam-se no espaço e no tempo e podem ser classificados em: (a) intraorgânicos, ou seja, situados dentro dos organismos humanos (conceitos, crenças, emoções, atitudes); (b) interorgânicos, ou seja, inseridos nos processos de interação social; (c) extraorgânicos, ou seja, relacionados com objetos materiais (machados, fábricas, ferrovias, vasos de cerâmica), mas fora dos organismos humanos.

A visão atual de globalização traz consigo uma ideia confusa de sociedade, de comunidade, de povo, de etnia, de nacionalidade, o que nos faz refletir cada vez mais profundamente sobre a concepção da palavra *cultura*. A cultura constitui uma das riquezas e construções da história humana, com suas geniais exteriorizações multicoloridas e variadas. É a criação humana em processo contínuo de expressão e de expansão.

Pode-se pensar também a cultura como sendo o resultado da produção, seja pessoal, seja por determinado grupo de pessoas, de obras que se perpetuam e se mantêm para apreciação ao longo do tempo. Nesse sentido, a cultura compreende todo o legado artístico material à disposição do ser humano. É um manancial quase inesgotável de produções, como atestam a história da arte, a ciência, a música, os costumes, os sistemas de organização, as leis, as grandes religiões, as crenças, os esportes, os mitos, os valores morais e éticos e toda a maneira de ser e pensar, de sentir e agir, instituídas e vividas pela humanidade através do tempo. Sendo impossível quantificá-la ou qualificá-la em suas criações e construções, a cultura sempre apresenta componentes para análise e avaliação subjetiva, o que a torna ainda mais fascinante.

Manifestada pelas pessoas em suas maneiras de viver e de agir, a cultura de uma sociedade exerce influência sobre o pensamento ético. Ela impõe valores comportamentais, resultantes de sentimentos de identificação, ou não, entre os membros de uma comunidade ou grupo étnico. A mídia atual oferece recursos e fontes à disposição para que se mergulhe nos tesouros das criações humanas originais, ricas e únicas, construídas e desenvolvidas há milênios.

O termo *cultura*, por fim, também pode ser entendido como uma maneira peculiar de se cultivar certo tipo de produção agrícola, de acordo com padrões implantados pelos antepassados, adaptados aos tempos atuais. Nesse sentido, a cultura varia de acordo com as etnias e as comunidades locais, com possíveis repercussões para o planejamento e a introdução de mudanças no desenvolvimento rural, que o tecnólogo rural vai considerar em suas estratégias de ação.

1.1.1.6 AGRICULTURA FAMILIAR

Ao estudarmos as formas de organização da produção agrícola, deparamo-nos com o conceito de *agricultura familiar*, como se fosse algo novo e revolucionário. Implícito está, nesta concepção, que a família toda está envolvida com as atividades do empreendimento agrícola. A expressão é relativamente recente; anteriormente, falava-se em *pequena produção*, *pequeno agricultor rural*; em outros contextos, utilizava-se o termo *camponês* (a literatura espanhola usa o termo *campesino*).

A influência da agricultura familiar começou a sobressair a partir dos anos 90 do século passado. Hoje em dia, esse conceito constitui tema de conversação diária entre planejadores de desenvolvimento rural e entre pequenos produtores rurais inseridos na produção agrícola.

A disciplina **Agricultura e Sustentabilidade**, oferecida no Curso, possibilita contextualizar e mostrar a crescente importância da agricultura familiar, estimulando a discussão em torno de seu papel e de sua importância, apontando suas vantagens e suas limitações. Autores mostram diferentes percepções que permeiam o conceito de agricultura familiar e propõem um tratamento mais analítico e menos operacional.

Provavelmente a maioria dos estudantes do Programa de Educação a Distância são originários de famílias ou de grupos familiares que cultivam a terra nesta categoria de produtores; outros, mesmo que não tenham a vivência da vida rural dentro da tradição da família, estão familiarizados com produtores da economia familiar e podem avaliar seus resultados.

Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer que a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Pode-se afirmar também que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e uma unidade de consumo; e mais, que ele constitui uma unidade de produção e de reprodução social.

A racionalidade da agricultura familiar depende de sua capacidade de se adaptar ao modelo social e econômico em que ela se desenvolve com autonomia para promover a subsistência imediata e a reprodução da família pelas gerações vindouras.

Enfoques analíticos recentes, como os de Wilkinson (2008), analisam a agricultura familiar na dimensão da Sociologia Econômica, olhando para os microempreendimentos e para os pequenos empreendimentos agroindustriais do Brasil. Além disso, os teóricos analisam a agricultura familiar na perspectiva dos mercados no limiar do novo milênio, considerando a competitividade do sistema agrícola alimentar, a discussão sobre a ocupação do espaço rural entre os atores tradicionais e os movimentos sociais surgidos nas últimas décadas. Ainda segundo o mesmo autor, três tendências ressaltaram: (1) as mudanças aos acessos de mercados, com a reorganização das grandes cadeias de *commodities*; (2) o surgimento de mercados de nichos (produtos orgânicos), que oferecem novas oportunidades de inserção da agricultura

familiar; e (3) as pressões para o estímulo da produção agrícola em larga escala, que provocaram críticas dos preservacionistas do meio ambiente por causa da produção de resíduos químicos.

A agricultura familiar parece resgatar valores perdidos ao longo do tempo, quais sejam: a cooperação, a solidariedade, o cuidado com o solo – usado de forma harmônica – e o cuidado com o meio ambiente, objetivando a sobrevivência de todos.

Será que o agricultor desarticulado e marginalizado ao longo de décadas resolveria os problemas da fome e do desgaste dos recursos naturais, como num passe de mágica? A agricultura familiar pode contribuir para a conscientização e a implementação do uso controlado do meio ambiente e dos recursos naturais.

1.1.1.7 PLANEJAMENTO

Planejamento é um dos termos centrais do PLAGEDER e está implícito em todas as disciplinas do Curso. Para a efetivação deste Curso de Educação a Distância (EaD), foi delineado um cuidadoso planejamento em termos de estrutura curricular, espaços físicos, infraestrutura e suporte local, corpo docente e discente, frequência e avaliação, tutores a distância e presenciais. Em todo planejamento, a reflexão constitui tarefa singular na proposta preliminar, no diagnóstico e na avaliação de sua viabilidade.

O planejamento é considerado como um processo político contínuo de tomada de decisões para o exercício de distintas atividades em que há um equacionamento (conjunto de informações para a tomada de decisões), uma decisão (diferentes escolhas no decorrer do processo), uma operacionalização (detalhamento das atividades necessárias à efetivação das decisões tomadas) e uma ação (providências para efetuar as mudanças). Pode-se afirmar que, em uma perspectiva lógico-racional, o planejamento compreende um processo permanente e metódico da abordagem racional e científica de questões que se colocaram no mundo social (BAPTISTA, 2003).

Um mínimo de planejamento é característica inerente ao ser humano, tanto na atividade familiar quanto em sua inserção social. A definição de metas e objetivos auxilia o cidadão a estruturar sua vida profissional em termos da família, da escola, do emprego, dos salários, da aquisição de bens, da saúde, etc. As organizações particulares em seu contexto próprio e as instituições oficiais em geral subsistem e crescem na medida em que o planejamento é bem-sucedido.

No planejamento, são considerados diferentes níveis, quais sejam: os planos (que são os grandes objetivos), os programas (as linhas mestras de ações temáticas) e os projetos (as ações concretas com recursos disponíveis).

Há, outrossim, princípios básicos a serem considerados no planejamento, bem como em sua racionalidade. As firmas são extremamente criteriosas em seus planejamentos e atuantes no intuito de obter o sucesso de qualquer empreendimento. Além disso, o planejamento constitui um processo técnico-político, principalmente nos órgãos governamentais. Decorre daí ser importante identificar prioridades e alternativas de intervenção e estabelecer metas a curto, médio e longo prazo (BAPTISTA, 2003).

O papel do planejamento na emergência e expansão das sociedades atuais no processo de globalização é sobejamente conhecido e necessário. Estratégias para desenvolver o país, o estado, a região e o município precisam ser delineadas criteriosamente. Como implantar, implementar, controlar, avaliar e retomar processos, são passos interligados que precisam ser seguidos pelos planejadores (ACCURSO, 2007).

Sem planejamento cuidadoso em nível organizacional ou institucional, haverá sérios riscos de que entidades e instituições estacionem, definhem e, depois, desapareçam. O universitário se prepara para auxiliar no planejamento de políticas e de intervenções para o desenvolvimento rural local, definindo com clareza seus objetivos e metas a médio e longo prazo.

1.1.1.8 ETNOCENTRISMO

A disciplina **Etnodesenvolvimento e Mediações Político-Culturais no Mundo Rural** visa a fornecer instrumentos conceituais para analisar a interdisciplinaridade (Sociologia e Antropologia) das relações complexas das tessituras culturais. Apresentam-se as formas de ocupação econômico-ecológica de espaços rurais e a estruturação de identidades e lutas sociais correlatas, no processo de emergência das comunidades tradicionais no mundo rural. É uma visão de mundo onde nosso próprio grupo é tomado como centro de referência, e os demais grupos são pensados e percebidos através de nossos valores e sentimentos, nossos modelos e definições em torno do que é a existência humana (ROCHA, 1994); ou seja, colocamos nossa cultura própria como centro de explicação.

Na vida cotidiana, é preciso ter cuidado com relação ao etnocentrismo, levando em conta que cada indivíduo, grupo, comunidade ou sociedade tem sua maneira peculiar de fazer as coisas, desde as tarefas mais simples até as mais complexas. É natural a constatação de que as sociedades têm características e peculiaridades próprias “diferentes”, e deve-se respeitar e entender tais diferenças, por vezes seculares. Lembremos, por exemplo, tribos indígenas que viviam outrora no estado e grupos de imigrantes que vieram ao Brasil.

Já na academia, o conceito de *etnocentrismo* em questão tem sua relevância, pois pode oferecer aos estudantes um entendimento mais aprofundado em torno das variantes étnicas, que com relativa frequência não estão sendo analisadas e, muito menos, estudadas. É o exemplo de agricultores que utilizam técnicas de cultivo ou de criação transmitidas de geração em geração. Quando um jovem agrônomo chega à propriedade rural de um desses agricultores, pode parecer a estes que ele queira impor técnicas supostamente mais atuais e lucrativas. É a conhecida “imposição do conhecimento”, que desconsidera as razões do produtor e, principalmente, o fato de que ele tem certeza de que suas técnicas e seus métodos levam em conta a sustentabilidade do ambiente em que vive e trabalha.

No etnocentrismo, as pessoas veem a vida dos outros através de lentes polidas por elas mesmas, o que pode gerar equívocos (GEERTZ, 1989). Tais equívocos podem manifestar-se em comportamentos agressivos, em atitudes de hostilidade e de superioridade. A discriminação e a violência, o proselitismo e a agressividade verbal são outras manifestações do etnocentrismo.

Uma característica positiva do etnocentrismo é a valorização do grupo, que passa a aceitar seu estilo de vida próprio como sendo bom e saudável para o bem-estar individual e a integração social. Fazer o exercício da relativização auxilia-nos a superar a tendência de julgar as demais culturas só através de nossos próprios códigos e valores culturais. Assim, a precaução de estudantes e pesquisadores criteriosos auxilia a evitar preconceitos; ser sensível ao enxergar o mundo através de outrem, segundo a percepção deste, auxilia no entendimento das diferenças, sem impor conhecimentos, mas respeitando-as.

Nesta perspectiva, muitos litígios, brigas e guerras que levaram a “limpezas étnicas” poderiam ter sido evitados, se o etnocentrismo não tivesse sido tão radical: projetos de desenvolvimento sociopolíticos são bem-sucedidos se as diferenças culturais e étnicas são levadas em consideração também em nível local e em nível regional.

1.1.1.9 MÉTODO

Na disciplina do Curso intitulada **Métodos de Pesquisa**, são tratados conceitual e descritivamente os métodos usados no estudo da ciência, ressaltando-se que cada campo do saber se vale de métodos específicos para pesquisar a realidade.

Ao ingressar na universidade, o estudante amplia conhecimentos que se enquadram no nível científico, aprendendo que cada área ou ramo da ciência adota um método de investigação próprio; assim, a ciência como um todo se expande, com métodos peculiares a cada campo do saber.

Os cientistas valem-se de diferentes métodos para estudar a realidade física e o contexto humano. As diferentes áreas do saber olham o mesmo objeto, mas o foco de análise varia segundo o tipo de análise e interpretação de cada campo da ciência. Podemos citar, por exemplo, o método estatístico, que, partindo de conjuntos complexos, obtém representações simples e descrições gerais e verifica se elas têm relações entre si; ou o método histórico, que, entre outros objetos, investiga os acontecimentos, os processos e as instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje (MARCONI & LAKATOS, 1982).

Quem atenta aos métodos científicos constata, por exemplo, que as conquistas espaciais são bem-sucedidas porque as técnicas de construção utilizadas seguiram rigorosamente as exigências do método escolhido para a construção das naves espaciais; vale dizer o mesmo a respeito de outras conquistas e progressos científicos realizados nas últimas décadas, especialmente, na Medicina e na Informática.

A escolha de um método adequado ao plano pessoal de pesquisa e de interpretação da realidade humana deve ser a meta constante no aprendizado do estudante. O trabalho de conclusão de um curso universitário requer que se siga à risca um método de análise na investigação do objeto de estudo. Além disso, é necessário conhecer e adotar as melhores técnicas de coleta de dados, de elaboração lógica, de revisão de literatura e de citações bibliográficas.

1.1.1.10 REFORMA AGRÁRIA

O conceito de *reforma agrária* tem muitas conotações e implicações, o que resulta em visões conflituosas e discussões extremamente apaixonadas, muitas vezes de caráter subjetivo e ideológico. De acordo com especialistas no ramo, uma das leis mais bem elaboradas para objetivar a execução de uma reforma agrária foi o *Estatuto da Terra*, promulgado em 1964 (BRASIL, 1964). Elogiada por muitos, questionada por outros, rejeitada por terceiros, essa lei nunca foi levada a bom termo, em parte por causa do poder de pressão dos antigos latifundiários e dos novos proprietários de grandes extensões de terra (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazônia e outros estados) e de grupos políticos interessados em sua não-aplicação.

As raízes históricas e os obstáculos sua implantação e implementação foram exaustivamente apresentados, estudados e discutidos por José Graziano da Silva (1999). A reforma agrária continua sendo um fator crucial para transformar o padrão de vida rural e a produção agrícola de uma nação. Continua, obviamente, sendo um desafio efetuar uma reforma agrária eficaz, consistente e duradoura, para amenizar o problema da pobreza rural.

Relacionado com esta temática está o conteúdo proposto na disciplina **Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários**, na qual se aplica a teoria sistêmica para o estudo de realidades agrárias complexas. Nela também é caracterizada e diferenciada a evolução dos sistemas agrários em nível local e regional no estado do Rio Grande do Sul.

Quando se trata do tema da reforma agrária, vem à mente a questão da política agrícola, que está relacionada com a área plantada e com a produtividade da terra. Incluem-se aí também outros temas: os formatos tecnológicos, o uso do trabalho, a política agrária, com as disputas entre grupos para conseguir o acesso à terra; os conflitos sociais relacionados com os assentamentos rurais e a questão agrária – a distribuição da terra e a reforma agrária em si (STÉDILE et alii, 1994; MEDEIROS & LEITE, 1999). Trata-se de temas estreitamente interligados.

Proceder a uma reforma agrária *lato sensu* implica o estabelecimento de critérios legais de desapropriação, de assentamento e, sobretudo, de assistência técnica adequada, com acompanhamento e orientação continuada para os assentados. Pressupõe também que os beneficiados com a concessão de glebas para cultivar já tenham experiência e habilidade em tratar o solo, e que provenham de um contexto com história familiar ligada ao cultivo da terra.

Se o governo der a devida atenção ao modelo de reforma a ser implantado, cuidando do tipo de produtor a ser beneficiado com a gleba, o sucesso de uma reforma agrária eficaz poderá ser alcançado.

Estamos diante de um desafio constante, com resistências, oposições e obstáculos a serem enfrentados e superados, causados por interesses de proprietários de extensas áreas de terra, bem como de estimuladores do agronegócio e, quiçá, de herdeiros remanescentes de vastas áreas herdadas de antepassados.

1.1.1.11 TEORIA

Para os gregos, *teoria* era a ação de observar, de assistir a um espetáculo ou de admirar a beleza da natureza. Como eles eram fascinados pelos espetáculos, especialmente os dos jogos olímpicos, eram denominadas *teorias* as delegações de cidadãos das cidades gregas que chegavam para assistir às festas (VIEGAS, 2007).

É consenso entre os pensadores que as pessoas, com frequência, em seu dia a dia, filosofam ou teorizam em torno da vida, de fatos ocorridos e de eventos; isto é, que elas tentam explicar a realidade circundante e situar-se nela, procurando entender os porquês de fatos e de comportamentos às vezes imprevisíveis das pessoas.

A disciplina **Teorias do Desenvolvimento** explicita como diferentes pesquisadores enfocam o desenvolvimento, principalmente em sua dimensão rural. O enfoque dos teóricos é fruto de análises e de observações do meio rural e abrange especialmente suas dimensões econômica, agrária, cultural, social e política. A disciplina analisa como distintas teorias auxiliam na explicação do caráter desigual do desenvolvimento rural brasileiro.

Nas disciplinas acadêmicas, o termo *teoria* está associado a diferentes campos do saber e a teóricos e cientistas que foram capazes de propor sínteses pessoais e explicações gerais sobre a natureza física e a realidade humana. Nesta constância e persistência em explicar a realidade física e humana, despontaram, entre outras, intuições e explicações teóricas conhecidas, como a teoria psicanalítica de Freud, o sistema heliocêntrico de Copérnico e a teoria da origem das espécies de Darwin. Elas foram formuladas depois de muita observação, reflexão e análise cuidadosa do objeto investigado. As teorias constituem a sustentação dos paradigmas, que são explicações abstratas e gerais da realidade.

Há uma estreita relação entre a teoria, os paradigmas e os modelos. Como foi visto, os paradigmas constituem generalizações amplas sobre a realidade física e humana. Os modelos situam-se em um campo intermediário, em nível de operacionalização; ou seja, por meio deles, procura-se evidenciar ou captar objetivamente dados e aspectos da realidade. Já as teorias são fruto de conclusões tiradas da investigação científica, servindo como um sistema de conceptualização e de classificação dos fatos. Muitas vezes, os fatos fundamentam a proposição de teorias; em outras ocasiões, os fatos auxiliam na reformulação ou na rejeição de teorias, confirmando a estreita inter-relação existente entre os três conceitos.

O acadêmico percebe que as disciplinas do Curso estão centradas em enfoques teóricos diferentes, oferecendo estimulantes concepções para que ele possa elaborar seu corpo teórico próprio, pois é importante que seu projeto de conclusão de curso seja fundamentado em uma teoria na perspectiva desenvolvimentista do mundo rural.

1.1.1.12 MUDANÇA SOCIAL

Mudança social é toda transformação que se observa no tempo e que afeta a estrutura ou o funcionamento da organização social e política de certa coletividade, alterando o curso de sua história. A mudança social, de acordo com Lakatos & Marconi (2008), é um fenômeno coletivo; é acompanhada de uma mudança estrutural; pode ser situada no tempo; tem caráter permanente ou durável; interfere no curso da história; e, finalmente, é uma ação histórica efetuada pelos componentes da própria sociedade.

Mudar é ‘tornar-se outra coisa’, ou seja, passar de uma situação específica para outra. Estamos envolvidos diariamente com toda sorte de mudanças, como aquelas relacionadas ao clima, aos estados pessoais de alegria ou de tristeza, à saúde e ao bem-estar, a comportamentos, a surpresas e imprevistos, a situações políticas e legislativas e outras.

Mudar sempre significa que algo ficou diferente. As maiores dificuldades relacionam-se a mudanças no interior do ser humano; por exemplo, mudanças de postura ou de comportamento, que provocam atitudes de resistência e de fuga. A Psicologia dedica-se ao estudo e à pesquisa desse processo de mudanças interiores e interpreta as mudanças exteriores dos comportamentos humanos em seus diversos níveis e contextos. Pois, se as mudanças interiores trazem sérios problemas para muitas pessoas, o mesmo também ocorre com mudanças exteriores ocasionadas pelas mudanças sociais, culturais e políticas, principalmente nos casos de regimes políticos ditatoriais.

A história da humanidade está repleta de eventos, felizes e trágicos, que resultaram em mudanças sociais. Bastaria citar as mudanças provocadas, por exemplo, pelo nascimento de Cristo, pela fundação das grandes ordens religiosas, pelas guerras entre povos, entre grupos étnicos e mesmo dentro de grupos étnicos. Regimes democráticos têm sucumbido diante de regimes autoritários ou de ditaduras; ditaduras têm sido substituídas por regimes democráticos ou por democracias sociais, determinando novos rumos para a cidadania.

Os valores das pessoas mudam, assim como mudam costumes e como as modas se tornam objeto de olhares, percepções e exteriorizações diferentes. Fatores geográficos, biológicos, sociais e culturais influem nos processos de mudanças das pessoas e das sociedades.

Mudança social pode trazer sofrimento, decepção e revolta; pode, outrossim, trazer benefícios, vantagens e sucessos. Geralmente, as resistências a mudanças são características de sociedades conservadoras; ao contrário, sociedades transformadoras são responsáveis pela idealização e implantação de mudanças sociais.

O desenvolvimento rural é um processo de mudança social geralmente lento; em sua implementação, podem intervir condições geográficas, econômicas, infraestruturais e comportamentais das populações que vivem em áreas rurais. Planejamento e gestão são fatores relevantes para promover mudanças sociais no mundo rural.

1.1.1.13 GLOBALIZAÇÃO

A palavra *globalização* (equivalente de *mundialização* na literatura francesa) é um termo corrente na conversação diária entre as pessoas e de difusão constante pela mídia. As fontes de informação pressupõem que seja um conceito de significado conhecido pelas pessoas em geral.

De acordo com Theotônio dos Santos (2002), foi com o término da Guerra Fria que houve um impacto nos setores industrializados, o que estimulou novos avanços para promover o desenvolvimento e o bem-estar da humanidade. Segundo Gorender (1995), a globalização e a revolução tecnológica surgiram aproximadamente três décadas depois da Segunda Guerra Mundial, momento em que a economia capitalista alcançava altos índices. Teorias e análises elaboradas recentemente por cientistas sociais tomaram como unidades referenciais principalmente sociedades nacionais, para investigar sua identidade econômica, política, cultural e social (SOUZA SANTOS, 2002).

Lakatos & Marconi (2008, p. 328-34) dedicam especial atenção ao tema, afirmando que foi basicamente a economia a mais afetada no início e na evolução da globalização, contribuindo para isso o fato de boa parte dos produtos não terem nacionalidade definida. Com a abertura ao mercado externo, intensificou-se a competição em nível internacional; o nível de produtividade e a qualidade se elevaram. Em consequência, esse processo de abertura de mercados originou a concentração de renda para alguns, e o índice de desemprego para muitos foi se acentuando. A intensificação das melhorias tecnológicas possibilitou a criação de novos empregos para mão de obra qualificada, eliminando nas indústrias postos de trabalho e cargos ocupados por funcionários sem qualificação. Como resultado, adveio a mudança de poder, com o surgimento dos novos ricos nas empresas de grupos privados e multinacionais.

No campo político, observa-se a influência de nações sobre nações, ou de grupos de nações que geram influências transnacionais. Nações protegem-se por meio da criação de blocos geopolíticos ou fazem acordos mediante organizações internacionais (ONU, FMI, GATT, etc.), submetendo-se às exigências por eles estabelecidas. O NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), a UE (União Europeia), o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e outros blocos comprovam a ampliação da interdependência entre os países membros. Há também organizações específicas do chamado Terceiro Setor que exercem uma crescente influência ética e política.

A tecnologia constitui outro campo de notável influência na globalização. A evolução rápida e a popularização das tecnologias de informática agilizam as transações

financeiras e o comércio em âmbito mundial. As várias tecnologias que estão surgindo no mundo do trabalho exigem constante renovação, haja vista o que ocorre na informática, na robótica, nas telecomunicações, etc. A telefonia, a internet, o uso de satélites são exemplos diários das maravilhas da tecnologia à disposição dos usuários.

Por fim, nos campos social e cultural parece não ter havido o esperado favorecimento para a maioria dos trabalhadores. A concentração de renda continua crescendo, o desemprego estrutural resulta da modernização da produção, os desequilíbrios regionais persistem dentro dos países e entre países, e as diferenças entre os meios urbanos e os meios rurais permanecem visíveis. A automação substituiu a mão de obra humana nas fábricas e nas indústrias. Se, por um lado, a globalização possibilitou o contato com pessoas no mundo todo, renovando conhecimentos e ampliando intercâmbios culturais e educativos, por outro lado, a eficácia e as consequências positivas nas áreas econômicas e sociais continuam sendo uma incógnita.

1.1.1.14 DESENVOLVIMENTO RURAL

Eis uma das expressões centrais do PLAGEDER, cujos objetivos são o planejamento e a gestão do desenvolvimento rural. A disciplina **Teorias do Desenvolvimento** introduz o tema em seus aspectos históricos, sociais, econômicos e demográficos, informando também como distintas teorias auxiliam a explicar o caráter desigual do desenvolvimento rural no Brasil. Apresenta o termo *desenvolvimento* através de seus desdobramentos histórico-institucionais e de suas variantes socioeconômicas e, com o amparo do enfoque multidisciplinar do Programa, visa a oportunizar ao estudante em sua trajetória acadêmico-profissional a aplicação do conhecimento no planejamento de ações e empreendimentos voltados ao meio rural. Também a disciplina **Temáticas Rurais: do Local ao Regional** problematiza questões relacionadas ao desenvolvimento rural e à realidade agrária local e regional. Tem como propósito estudar o desenvolvimento rural baseado em condições locais, a fim de implementar melhorias socioeconômicas e propiciar a conservação ambiental.

Falar em desenvolvimento rural implica expor e analisar o conceito na dimensão de desenvolvimento agrícola, agrário, rural, sustentável e local. Ou seja, o desenvolvimento rural em si forma um conjunto complexo de ações econômicas e sociais, cuja racionalidade é orientada pela participação de seus agentes organizados, para garantir o acesso aos benefícios da produção igualitária para todos.

Para Veiga (2000), não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo, e por isso muitas vezes se apela para o recurso mental da simplificação, estudando separadamente, por exemplo, o “desenvolvimento econômico”; ou, como propõe o autor, o “lado rural do desenvolvimento”.

A discussão sobre a definição de *rural* é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: (a) *rural* não é sinônimo de *agrícola*

(o primeiro conceito é mais abrangente que o segundo); (b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (a função produtiva, a ambiental, a ecológica e a social); (c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; (d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural, as vilas adjacentes e as cidades.

Navarro (2001), em seu texto “Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro”, apresenta cinco pontos compreendidos no tema do desenvolvimento rural: (1) *desenvolvimento agrícola* (ou agropecuário), que se refere às condições de produção agrícola e/ou agropecuária, em suas características produtivas; ou seja, refere-se à área plantada, à produtividade da terra, aos formatos tecnológicos, ao uso do trabalho como fator de produção, à economicidade e aos demais aspectos produtivos; (2) *desenvolvimento agrário*, expressão referente ao mundo rural em suas relações com a sociedade em todas as dimensões, incluindo as instituições, o acesso e o uso da terra, as disputas entre classes sociais, as relações de trabalho e suas mudanças nos mercados; (3) *desenvolvimento rural* em si, que visa à introdução de mudanças em determinado ambiente rural. O conceito vai se alterando ao longo do tempo, influenciado por conjunturas e novos condicionantes para o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social que são impostos às famílias e às atividades rurais; (4) *desenvolvimento rural sustentável*, expressão que remete à ideia de sustentabilidade (também apresentada na disciplina **Agricultura e Sustentabilidade**), que surgiu na década de 1970, face aos impactos ambientais do pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o componente *sustentabilidade* da expressão refere-se ao plano ambiental, sugerindo estratégias de desenvolvimento rural que incorporem uma compreensão das dimensões ambientais; (5) *desenvolvimento local*, expressão às vezes confundida e intercambiada com as demais. É uma denominação recente, que deriva de duas mudanças: (a) uma, devida à multiplicação de ONGs que atuam em ambientes geograficamente restritos (regiões, municípios), criando estratégias de ação social; (b) outra, que se refere aos processos de descentralização nos continentes, incluindo especialmente o Brasil e a América Latina. Essa transferência de responsabilidades do Estado valorizou o *local*, isto é, o município. Uma convergência de fatores introduziu estratégias para o desenvolvimento local.

Finalmente, o conceito de *desenvolvimento rural*, ainda hoje objeto de discussões quanto a seu significado, pode ser visto como uma combinação de forças internas com forças externas à região, de modo que os atores das regiões rurais estão envolvidos, simultaneamente, em um complexo de redes locais e de redes externas, que podem variar significativamente de uma para outra entre as diferentes realidades (KAGEYAMA, 2004).

O conceito de *desenvolvimento rural* está incluído no de *desenvolvimento*, fundamental no Curso de Educação a Distância (EaD), que visa preparar o tecnólogo com sustentação na literatura e no estudo individual para atuar em prol do desenvolvimento no contexto rural sul-rio-grandense.

1.1.1.15 GESTÃO

O conceito de *gestão* constitui, juntamente com os de *planejamento* e *desenvolvimento rural*, um dos temas centrais em torno dos quais o PLAGEDER foi planejado. É um dos temas que visa a auxiliar o estudante no aprendizado conceitual e na utilização eficaz deste na gestão de recursos, de programas e de projetos de desenvolvimento em nível local.

Gestão é um conceito recente, que para muitos ainda é novidade. No entanto, gerir, seja produtos, seja empresas, estabelece o grande diferencial nos dias de hoje. Na gestão, em seu sentido amplo, se planejam, se organizam, se lideram e se controlam pessoas e processos nas empresas ou organizações que desempenham suas atividades em seu entorno.

Os dicionários utilizam por vezes os termos *administração* e *gestão* como se fossem sinônimos, embora os significados das palavras difiram. A gestão e a administração assemelham-se quando há necessidade da participação de terceiros para exercerem ações de coordenação, orientação e direção dos indivíduos de uma organização.

Atualmente, *gestão* é uma palavra de ordem para o sucesso das empresas do setor privado em geral, bem como do setor público, os quais precisam lutar para superar práticas ultrapassadas que não geram resultados positivos.

Segundo Dias (2002), a administração está presente em todos os cargos, mas administração não compõem todos os cargos. Ou seja, a gestão abrange um leque maior de inter-relações dentro dos sistemas complexos das empresas públicas ou privadas, ligadas ou não ao governo, onde o desempenho de cargos de chefia se traduz em práticas dessa amplitude.

Enfim, uma gestão séria e adequada contribui para o sucesso e o crescimento de empresas particulares, de instituições oficiais e de organizações sociais em toda sorte de empreendimentos.

A gestão na atualidade expandiu-se para além da administração a outros campos e áreas do conhecimento, tais como a Psicologia, a Sociologia e até a Biologia, a partir da teoria de sistemas; ou seja, a abrangência do conceito tornou-se multidisciplinar. Por isso também, ele é tão relevante na concepção e na estruturação do PLAGEDER, que visa, com sua aplicação, implementar o desenvolvimento rural, principalmente em nível local.

Conclusão

Este “glossário” compõe-se de conceitos introdutórios do **Seminário Integrador I** e foi proposto na estrutura curricular do PLAGEDER para servir de auxílio ao estudante recém-ingressante no Curso Superior de Ensino a Distância (EaD).

O rol de 15 conceitos do nível de conhecimento científico, relacionados com disciplinas do Curso, poderia ser ampliado à exaustão, com a inclusão de outros termos; mas o objetivo principal do glossário é estimular o acadêmico a mergulhar na pesquisa

bibliográfica em torno de alguns termos e expressões e a assimilá-los, amparado nos textos acima propostos. Que eles sirvam de guia e orientação para que o estudante descubra a relevância da clareza quanto a qualquer conceito no campo da ciência.

É perceptível, no fluir da leitura dos conceitos, como muitos termos na ciência podem se prestar a diferentes concepções e abordagens, dependendo do campo do saber, dos autores e dos estudiosos que os propuseram. A redação científica caracteriza-se por seu esforço contínuo em reduzir as conotações, ou seja, a subjetividade nas definições visando torná-las claras, objetivas e diretas. É um esforço de aprimoramento constante, persistente e contínuo.

Referências

- ACCURSO, C. F. *Questões econômicas de Estado*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- BAPTISTA, M. V. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. 2. ed. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.
- BERTALANFFY, L. von. *Teoría general de los sistemas*. Méjico: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- BRASIL. Leis, Decretos, etc. *Lei nº 4.504 de 30 nov. 1964*. Dispõe sobre o estatuto da terra e dá outras providências. Rio de Janeiro: INDA/CNA/CONTAG. [s.d.].
- CAZELLI, S.; FRANCO, C. Alfabetismo científico: novos desafios no contexto da globalização. *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-18, jun. 2001.
- DIAS, E. de P. Conceitos de gestão e administração: uma revisão crítica. *Revista Eletrônica de Administração*, FACEF, v. 1, jul.-dez. 2002. Disponível em: <http://www.facef.br/rea/edicao01/ed01_art01.pdf>.
- GALLIANO, A. G. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.
- GEERTZ, C. Uma década densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. p. 13-41.
- GORENDER, J. Estratégias dos estados nacionais diante do processo de globalização. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 9, n. 25, p. 93-112, 1995.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999. Série Pesquisas, 1.
- HELLER, A. et alii. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceitos. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-409, set.-dez. 2004.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. *Sociologia Geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

- MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 43, p. 83-99, 2001.
- PILETTI, N. *Sociologia da Educação*. São Paulo: Ática, 1985.
- ROCHA, E. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, T. dos. Globalização hoje: dimensão política, econômica e social. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 140-51, 2002.
- SOUZA SANTOS, B. de (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- STÉDILE, J. P. et alii. *A questão agrária hoje*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.
- VALIATI, L.; FLORISSI, S. et alii. *Economia da cultura: bem-estar econômico e evolução cultural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- VIEGAS, W. *Fundamentos lógicos da metodologia científica*. 3. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2007.
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Série Estudos Rurais.

Leituras complementares

- GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- PEREIRA, F. C. Desenvolvimento sustentável, complexidade e dimensões de um conceito em construção. *Sustentabilidade e Democratização das sociedades rurais da América Latina*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6, 2002, Porto Alegre. *Anais*.
- PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. Série Estudos Rurais.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. *Journal of Rural Studies*, Oxford, v. 19, p. 327-44, 2003.
- VEIGA, J. E. da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

1.1.2 Fórum de discussão da Unidade 1

Conceitos para a construção do Glossário do Seminário Integrador I

Apresentam-se neste Fórum diversos termos ou conceitos muito usados na literatura, e que são básicos para efetuar a síntese final deste Seminário. Solicita-se, assim, que os estudantes definam ou descrevam cada termo ou conceito, valendo-se das leituras dos textos das disciplinas cursadas até o momento, bem como de autores que tratem dos termos do Glossário, devendo ser citadas as referências utilizadas. Este Fórum está estruturado em 15 tópicos de discussão, cada um dos quais trabalhará com um termo ou conceito. Os conceitos aqui abordados farão parte do Glossário a ser elaborado pelos professores e tutores a partir da contribuição dos participantes do Curso. Cada tutor, após o término do Fórum, deverá incluir no Glossário de seu respectivo polo a síntese das postagens para cada um dos termos trabalhados.

1.1.3 Construindo um Glossário

A partir do Fórum, separados por grupos que correspondem a cada polo, os estudantes são estimulados a discutir e propor definições para os seguintes termos e expressões relacionados ao desenvolvimento rural:

- ⇒ Agricultura familiar
- ⇒ Cultura
- ⇒ Desenvolvimento rural
- ⇒ Etnocentrismo
- ⇒ Gestão
- ⇒ Globalização
- ⇒ Instituição
- ⇒ Método
- ⇒ Modelo
- ⇒ Mudança social
- ⇒ Organização
- ⇒ Paradigma
- ⇒ Planejamento
- ⇒ Reforma agrária
- ⇒ Teoria

Tão importante quanto um glossário orientador é a metodologia utilizada para sua elaboração, uma vez que ele não é simplesmente entregue pronto para uma eventual leitura e/ou consulta. Trata-se de estimular os estudantes a realizarem suas buscas indicando as fontes consultadas. A partir desse material, a ser elaborado em cada polo, os respectivos tutores a distância elaborarão uma versão final do **Glossário**. Portanto, para cada termo acima arrolado, aparecerá uma definição por polo, que será a síntese elaborada pelo respectivo tutor como resultado das discussões no Fórum do respectivo polo.

1.2 APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Com a introdução do estudante no campo do conhecimento, partindo de generalidades teóricas até chegar aos elementos concretos, ou partindo de elementos objetivos e palpáveis para chegar a abstrações, ele se torna capacitado para, no dia a dia, poder auxiliar e sugerir rumos a serem seguidos nos processos decisórios, nas atividades profissionais em que estiver envolvido. Com preparo conceitual bem fundamentado, ele estará capacitado a intervir à sua maneira no processo de desenvolvimento rural.

1.3 ATIVIDADES PRÁTICAS

- (1) Qual é a importância da assimilação e do uso adequado de conceitos teóricos nos estudos universitários, na pesquisa e no avanço do conhecimento científico?
- (2) Escolha três conceitos do Glossário que considerar relevantes, ressaltando a estreita relação entre eles.
- (3) Escreva sobre a importância do ensino a distância e sobre o papel do estudante para lograr sucesso em sua formação acadêmica, face à ausência física dos professores.
- (4) Discorra sobre a importância de construir um nível conceitual e teórico próprio, com vistas a auxiliá-lo no desempenho de suas atividades profissionais atuais e futuras no contexto de sua atuação.

1.4 BIBLIOGRAFIA

1.4.1 Bibliografia básica da Unidade 1

A bibliografia utilizada nas disciplinas cursadas até o estágio atual do Curso servirá como fonte para a construção do Glossário.

1.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 1

GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

PEREIRA, F. C. Desenvolvimento sustentável, complexidade e dimensões de um conceito em construção. *Sustentabilidade e Democratização das sociedades rurais da América Latina*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6, 2002, Porto Alegre. *Anais*.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. Série Estudos Rurais.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. *Journal of Rural Studies*, Oxford, v. 19, 2003, p. 327-44.

VEIGA, J. E. da. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

Introdução

Nesta Unidade, os estudantes são estimulados a refletir acerca das diferentes abordagens do desenvolvimento rural, discutindo e problematizando os possíveis fatores limitantes desse desenvolvimento. Para isto, são propostos conceitos e ideias que envolvem os temas já abordados até o estágio atual do Curso e que permitirão realizar articulações entre diferentes aspectos relacionados com o mundo rural em nível local e regional, a saber: geográficos, infraestruturais, socioantropológicos, econômicos, políticos e outros.

Objetivos

Os objetivos da Unidade 2 são:

- (1) orientar o estudante para a investigação e a reflexão científica por meio de um instrumental adequado e para sua participação em debates nos fóruns que proporcionem continuidade às reflexões iniciadas na Unidade 1 sobre o desenvolvimento rural;
- (2) estimular o estudante a refletir e a discutir sobre a noção de desenvolvimento em nível local e regional, procurando repensar marcos teóricos estudados em outras disciplinas que tenham abordado problemáticas relativas a contextos diversos; e
- (3) possibilitar ao estudante um refinamento no olhar acerca do Outro, que lhe faculte passar das noções do senso comum, de cunho positivista, para uma visão científica que incorpore a dimensão do avanço da sociedade brasileira em relação aos direitos humanos e à democracia.

2.1 CONTEÚDOS

2.1.1 Texto didático da Unidade 2

O desenvolvimento rural em nível local e regional: reflexões acerca da articulação entre desenvolvimento, cultura e identidade territorial

*Gianpaolo K. Adomilli⁵
Stella Maris Nunes Pieve⁶*

⁵ Doutor em Antropologia Social (UFRGS); Professor Adjunto da Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

⁶ Mestranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/DESMA/UFRGS).

2.1.1.1 EM TORNO DA NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O debate sobre desenvolvimento rural e a reflexão sobre o que seria esse desenvolvimento nas articulações com o mundo rural em nível local e regional apresentam a questão do conceito de desenvolvimento como um primeiro problema a ser equacionado.

Conforme Shröder (1997, p. 85-7), a noção de *desenvolvimento* pode envolver significados completamente diferentes, de acordo com o contexto ao qual este termo está associado. No caso do Brasil, ele tem sido comumente associado à política desenvolvimentista colocada em prática durante a ditadura militar, implicando visões negativas sobre o tema, principalmente entre os intelectuais brasileiros. Tal desconfiança refere-se ao legado da política desenvolvimentista, caracterizada, em linhas gerais, por um viés centrado quase exclusivamente no crescimento econômico, descolado do bem-estar social. Não foi por acaso que, no Brasil, esse modelo de desenvolvimento foi conjugado com o totalitarismo, no sentido contrário à redução das desigualdades sociais, e como uma concepção de planejamento que exclui os atores sociais, uma vez que a elaboração e a execução dos projetos não foram decididas em diálogo com a sociedade.

Por outro lado, em alguns países europeus, verificam-se casos em que o termo *desenvolvimento* é visto geralmente de forma positiva, como mostra o mesmo autor ao citar o caso da Alemanha, onde o termo é associado a diversas medidas governamentais de apoio técnico e financeiro a comunidades e regiões pobres, bem como a refugiados de guerra, entre outros.

Importa, no entanto, considerar que a construção do conceito de desenvolvimento e seus desdobramentos no mundo rural brasileiro estão associados ao processo histórico de transformações econômicas, sociais e políticas, no qual essa noção se associa à ação social e às políticas públicas. Para Navarro (2001), o termo *desenvolvimento* permeia e determina as expectativas e as disputas sociais e políticas em jogo, no contexto de passagem de um quadro nacional marcado pela política desenvolvimentista, vigente com maior intensidade na década de 1970, para o contexto atual, no qual a globalização altera os modelos convencionais de estruturação societária da maior parte dos países.

O acesso cada vez mais amplo aos meios de transporte e de comunicação tem facilitado em muito o contato entre lugares, territórios e identidades, ao mesmo tempo em que isso proporciona um encontro entre ideologias, valores e imagens e provoca mudanças culturais. Tais mudanças implicam tensões e conflitos entre o tradicional e o moderno, que se articulam em processos de ressignificação cultural. O moderno diz respeito à modernidade em seu sentido mais amplo, processo que carrega o ideário de civilização consolidado a partir da Revolução Industrial, mas com marcos anteriores, como o Renascimento do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, portadores de uma primeira ideia de indivíduo soberano. As sociedades modernas são, segundo Giddens (1990, p. 37-8), apud Stuart Hall (2006, p. 14-5), “sociedades de mudança constante, rápida e permanente”. Já “a tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são

estruturados por práticas sociais recorrentes”. Verifica-se, nas sociedades tradicionais, uma veneração e uma valorização do passado e dos símbolos que denotam certa continuidade na experiência das gerações.

Nesse sentido, a relação entre globalização e cultura e as consequências dessa relação dizem respeito às mudanças decorrentes da modernidade, que alteram as características de nossa existência cotidiana e transformam saberes e fazeres tradicionais, levando os indivíduos a se defrontar com alguns dilemas, entre os quais, os projetos individuais, radicalmente influenciados pelos processos de mercantilização, sobretudo no que se refere à lógica do consumo, concretizada pela posse dos bens materiais e pela busca de estilos de vida criados artificialmente.

Assim, o que era inquestionável nas sociedades tradicionais e oferecia uma base para os sujeitos colocarem em prática suas ações sociais vem dando lugar a um ritmo acelerado de mudanças, aumentando a sensação de riscos e perigos ocasionados pela ruptura espaciotemporal e levando os atores sociais a desenvolverem novas estratégias de sobrevivência. O contexto de injunções de mudanças inseridas no âmbito das relações entre globalização e diversidade cultural decorre da transformação global da sociedade, que dialoga efetivamente com as práticas sociais concretas de cada segmento. Estes últimos, por sua vez, apresentam trajetórias particulares que vão sendo remodeladas pela dinâmica das interações sociais.

Em relação ao processo de desenvolvimento, constata-se que, em um primeiro momento, seus resultados começaram a ser questionados pelos movimentos sociais vinculados à esquerda, por ambientalistas e por alguns cientistas sociais. Na transição do desenvolvimentismo para o contexto da globalização, foi possível tecer uma série de críticas mais consistentes ao modelo de desenvolvimento vigente no Brasil a partir da segunda metade do século XX, com destaque para seus impactos socioambientais. Entre estes, cite-se a destruição de ecossistemas em grandes áreas rurais, devida a monocultura em larga escala, que provocou o desalojamento das populações locais dependentes dos recursos naturais da região; e a poluição do ar e dos recursos hídricos em decorrência da atividade industrial nos centros urbanos. Foi possível, assim, pensar algumas soluções que apontavam para a noção de desenvolvimento sustentável, isto é, desenvolvimento conjugado com a preservação dos recursos naturais e dos saberes e fazeres incorporados na diversidade cultural brasileira.

Um primeiro aspecto relevante trata da crítica à noção de desenvolvimento calçada no mito do progresso, ou seja, na crença de que a sociedade avança necessariamente em linha reta rumo ao crescimento econômico e tecnológico, e de que a melhoria na qualidade de vida das pessoas seria consequência natural desse avanço. Trata-se de uma visão que se baseia em uma perspectiva evolutiva ao longo da história, culminando em um estágio mais avançado de sociedade através do avanço da ciência e da tecnologia.

Tal visão foi introjetada em nossa cultura de tal forma que um dos desafios da atualidade é justamente transcender o senso comum de interpretações imbuídas de uma visão positivista de desenvolvimento. Essa perspectiva tende a favorecer

políticas assistencialistas, colocando, conforme Shröder (1997, p. 86), as questões humanitárias em segundo plano frente a determinados objetivos estratégicos e políticos, como demonstram os grandes programas e projetos postos em prática principalmente durante a década de 1970. São múltiplos os problemas socioambientais causados pela construção de barragens, hidrelétricas ou outras obras, sobretudo por grandes projetos como Carajás e Xingu, que atingiram as populações que viviam nas respectivas áreas, portadoras de saberes e fazeres tradicionais ligados a determinados ecossistemas. Essas populações tendem a ser vistas como “primitivas” ou “atrasadas” pelos planejadores, técnicos e gestores que elaboram e executam os projetos de desenvolvimento, reforçando posturas etnocêntricas. Uma postura etnocêntrica revela-se toda vez que, quando se encontram diferenças nas sociedades humanas, ao invés do diálogo e da negociação, se impõe o ponto de vista do Eu sobre o do Outro. Isso nos leva ao tema da relativização, ou seja, da necessidade de se buscarem formas de planejamento voltadas ao ato político de costurar as diferenças.

Predominou, neste período, uma visão de desenvolvimento que, entre outras coisas, estabeleceu uma equivalência entre desenvolvimento e modernização. As consequências da chamada Revolução Verde nos permitem elucidar essa situação, uma vez que ela se caracterizou pela difusão do uso de agrotóxicos nas lavouras e pelo financiamento de implementos agrícolas voltados para a monocultura, favorecendo a agricultura em larga escala em detrimento da pequena agricultura diversificada. A modernização da agricultura induziu mudanças marcantes no ambiente rural brasileiro, com fortes repercussões importantes na zona urbana, entre as quais o êxodo rural. Setores da agricultura adotaram insumos agrícolas, ou seja, tecnificaram e mecanizaram sua produção por meio de volumes crescentes de crédito agrícola, dando origem aos complexos agroindustriais. Segundo Palmeira (1989), esse processo intensificou a produção de matéria-prima e de alimentos para a exportação e o mercado interno, mas instigou a concentração da propriedade, a desigualdade social e a exploração do trabalho rural em grandes e pequenas propriedades, afetando negativamente a qualidade de vida dos trabalhadores. Como os instrumentos de intervenção pertenciam ao Estado, principalmente graças à legislação e às políticas públicas, tais mudanças foram conduzidas e sofridas por este mesmo Estado. O primeiro passo consistiu em dar um novo recorte à realidade – minifúndio, latifúndio, empresa rural; o segundo, em aplicar uma política – a modernização dos latifúndios em detrimento das propriedades familiares –, através do crédito rural subsidiado.

Essa perspectiva tende a reforçar outro equívoco frequente: o de tomar modernização por modernidade. Touraine (1999, p. 215) chama a atenção para esse equívoco, considerando que “nada permite identificar a modernidade a um modo particular de modernização, o modelo capitalista, que se define por esta extrema autonomia da ação econômica”. Assim, o desenvolvimentismo adotado pelos governos do regime militar defrontou-se com os movimentos ambientalistas, baseados em uma crítica ao capitalismo. Tais movimentos, formados pela sociedade na modernidade,

dentro de uma conjuntura de movimentos sociais e de discussão dos direitos humanos, demonstram claramente o que Touraine (1999 e 1995) considera como avanço da modernidade, em sua perspectiva de incluir um “sujeito no mundo”, opondo-se aos totalitarismos e ao Estado tecnocrático. É nesse sentido que, no estado atual dos debates sobre desenvolvimento rural, se busca uma visão científica que incorpore o avanço da sociedade brasileira em debates sobre a diversidade cultural, os direitos humanos e a democracia, de modo a deixar claro que o conceito de desenvolvimento está ligado a um contexto dinâmico e não pode ser analisado numa única perspectiva.

Aqui, o conceito de desenvolvimento relacionado à questão da tecnologia parece estar mais ligado aos benefícios da modernidade, destacando-se as conquistas em relação aos direitos humanos, ao acesso à saúde, à educação, à energia elétrica e ao saneamento básico, entre outras. Na perspectiva de Navarro (2001, p. 86), trata-se da busca do bem-estar social, ou seja, visa-se a melhoria do bem-estar das populações rurais; pois o desenvolvimento rural é “uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em determinado ambiente rural”, sendo o Estado seu agente principal. Exemplificando, considera este autor (p. 88) que o desenvolvimento rural no Brasil pressupõe um rejuvenescimento social e econômico, com programas educacionais rurais, intervenções no campo fundiário, acesso a serviços de saúde, crédito agrícola e capacidade produtiva. Mesmo que “normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo final desse desenvolvimento”, a depender do contexto político, econômico e sociocultural, isso envolve uma problemática relativa à existência de diferentes interpretações sobre o que é bem-estar, quais metodologias devem ser postas em prática e quais seriam as prioridades das populações.

2.1.1.2 DESENVOLVIMENTO E SOCIOAMBIENTALISMO

De acordo com Gustavo Lins Ribeiro (apud LITTLE, 2002a, p. 34), o contraponto ao discurso universalista de desenvolvimento é o desenvolvimento sustentável, que, questionando o conhecimento científico ocidental⁷ como o caminho da verdade, traz à tona a problemática socioambiental, apontando para um novo paradigma presente na discussão, o paradigma da sustentabilidade. Tal perspectiva expõe a problemática sociocultural nas questões ambientais e sua relação com as políticas públicas, em diferentes níveis de programas de desenvolvimento executados pelo Estado: local, regional e nacional. Em nível local, temos também a ação efetiva de Organizações não Governamentais (ONGs), em suas estratégias de ação local, que se destacam face aos impactos do processo de globalização.

7 É importante ressaltar que o debate aqui não é em torno da civilização a que pertence a Ciência, mas da privatização do conhecimento por empresas, que o transformam em mercadoria exclusivista (LITTLE, 2002a, p. 39).

A partir da década de 1970, constata-se um quadro crescente de reuniões de países e de ONGs em escala mundial para discutir problemas ambientais cada vez mais drásticos e acarretando riscos planetários eminentes. Por outro lado, também ocorrem ações na esfera particular de cada nação, geralmente dentro de uma perspectiva em que prevalecem os interesses específicos dos governos de cada país, mas não necessariamente de suas populações. Dentro desta complexidade, a perspectiva local, defendida por algumas ONGs, não tem sido administrada eficazmente pelos governos e suas instituições especializadas, confirmando que, ao mesmo tempo em que interagem, as esferas local, nacional e global também se chocam em suas lógicas distintas, relacionadas às representações de natureza, principalmente no que tange à estruturação de políticas de educação ambiental, que deveriam desempenhar uma função mundial de ressocialização do homem com seu ambiente e promover mudanças radicais de comportamento intrageracional voltado a um programa de redirecionamento da conduta humana.

Paralelamente ao avanço do desenvolvimento econômico, destaca-se, em diversos países do mundo, um movimento pelo reconhecimento da diversidade cultural, liderado no Brasil por populações indígenas e afro-descendentes (LITTLE, 2002a). Assim, o processo de desenvolvimento no Brasil e, com ele, as consequências da modernização agrícola no meio rural pautam a discussão de um desenvolvimento rural hegemônico voltado a uma realidade rural diversificada e ancorado nos direitos territoriais de grupos diferenciados cultural e socialmente, que afirmam suas identidades territoriais em defesa da pluralidade étnica na sociedade brasileira.

A questão territorial representa um papel central nesta discussão, tendo em vista que o país se caracteriza por comportar uma grande diversidade sociocultural, acompanhada de uma multiplicidade de formas fundiárias (LITTLE, 2002b). Nessa perspectiva, a noção de *territórios sociais* tem sido utilizada na análise da relação entre grupos e populações que apresentam práticas socioculturais vinculadas a um território e a uma ecologia específicos, contrapondo-se à ideologia territorial do Estado-nação.

Desse ponto de vista, o conceito de *povos tradicionais* sugerido por Paul Little (2002b) pretende abarcar uma diversidade de grupos humanos que apresentam diferentes formas fundiárias, tais como indígenas, caboclos, caiçaras, comunidades de açorianos e pescadores artesanais, entre outros, e que mantêm vínculos territoriais baseados em suas relações com o ambiente biofísico, visíveis pela dimensão histórica de suas ocupações e por suas lutas para se manterem em seus respectivos territórios. Um ponto importante consiste na articulação social e política desses grupos e populações com o contexto jurídico maior do Estado-nação, sobretudo no que se refere aos interesses e ideologias que estão em jogo na relação entre o processo de avanço das sociedades urbano-industriais e as lutas territoriais desses grupos e populações.

2.1.1.3 TERRITORIALIDADE E PAISAGEM: A NATUREZA COMO OBRA DA CULTURA NO ÂMBITO DA DIVERSIDADE DE SABERES E FAZERES DOS GRUPOS HUMANOS

No Ocidente, o conceito de *paisagem* se originou da representação pictórica a partir do século XVI e daí se expandiu para a literatura. Conforme demonstra Georg Simmel (1996), a paisagem é a decomposição e o recorte de elementos retirados da continuidade infinita das formas da natureza. Na pintura, o enquadramento, juntamente com um olhar distanciado e em profundidade, permitiu materialmente isolar uma parte da natureza.

Espaço territorial recortado pelo olhar, o conceito de paisagem revela o que Simon Schama (1996, p. 20) considera como o olhar humano enquanto “percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem”, associando a apreensão objetiva (científica) com a subjetiva (artística). Essa associação entre áreas separadas pelo pensamento cartesiano desencadeou em disciplinas como a Geografia um conflito entre os elementos concretos da fisiologia descritiva e a subjetividade embutida na seletividade, envolvendo as motivações e o interesse explicativo (MACIEL, 2004).

Na Geografia Humana, na Antropologia e nas Ciências Sociais em geral, o conceito de paisagem diz respeito à representação simbólica que fazem sociedades e grupos humanos de determinado território. Na medida em que o espaço é representado pela pintura, ou mesmo pela literatura, em especial, pela literatura de viagem, o conceito agrega também uma dimensão fabulatória, que insere o tempo social dentro do espaço representado.

A paisagem, enquanto obra da imaginação humana, também consiste em um enquadre da memória social, uma vez que, segundo Anne Cauquelin (2007), o arranjo dos elementos no quadro evoca significados acumulados no tempo, configurando uma determinada forma de olhar. De acordo com essa perspectiva, os estudos sobre memória coletiva representam uma grande contribuição para entendermos a relação entre tempo e espaço que a paisagem nos revela. Esta apresenta uma relação fundamental com a formação do que Maurice Halbwachs (2006) chama de “quadros sociais da memória”, na medida em que evoca determinados tempos sociais enquadrados no recorte espacial.

Os estudos de Halbwachs sobre a memória consolidaram a questão da experiência coletiva na vida cotidiana, considerada como “quadros sociais”, e atualizada pelo ato de lembrar. Assim, o ato de lembrar vai além da oposição entre matéria e espírito, ou objetividade *versus* subjetividade, para se tornar um foco de interesses coletivos, algo compartilhado pelos indivíduos em termos de ordenamento de ideias e visões de mundo. Tais parâmetros se reatualizam constantemente, possibilitando uma tradição que dura no tempo através das narrativas compartilhadas que permitem a transmissão de determinada herança sociocultural.

Para Georg Simmel (1996), as formas de representação da paisagem consistem em heranças sociais que são reelaboradas no tempo. Isso implica considerar que a

paisagem não está somente na pintura, mas nas narrativas que representam cenas e cenários em conjunto com ações vivenciadas e relatadas. Na literatura, através das emoções, são desvelados valores e percepções, por vezes relativos a uma determinada época, assim como a relação com o contexto histórico-regional. Nos relatos de viajantes, por exemplo, a descrição dos lugares percorridos – de acordo com uma necessidade de ver e apreender regiões distantes – revela um olhar singular sobre a paisagem, expressa em forma de relato de viagem, sobretudo em narrativas literárias.

Anne Cauquelin (2007) mostra que a paisagem foi idealizada e reproduzida como o equivalente da natureza para inaugurar uma prática pictórica que acabou por influenciar nossas categorias cognitivas e espaciais; e que, na atualidade, a paisagem pode ser confundida com a natureza, sendo não apenas uma metáfora, mas a própria natureza representada a partir de um princípio de eternidade e inalterabilidade, que é fundamental para a aliança, do ponto de vista ecológico, entre a paisagem e a noção de patrimônio. A autora sugere uma nova forma de pensar o homem e a arte ante as transformações tecnológicas e perceptivas, detectando, na preocupação ecológica, abordagens distintas da natureza, do real e de sua imagem no mundo contemporâneo, enquanto sinais que se apresentam sob a ideia de paisagem. Para a autora, a questão tecnológica, ao invés de destruir, tende a ampliar a noção de paisagem enquanto categoria de valor.

No âmbito do processo global de desenvolvimento de sociedades urbano-industriais, observa-se o entrelaçamento das ações globais e locais atinentes à problemática ambiental, as quais revelam uma série de instituições e normas que passaram a impor formas de relações sociais e modos de utilização dos recursos naturais. Populações urbanas e rurais passaram a ter que repensar suas práticas cotidianas e a interdependência entre diferentes ecossistemas do globo. Nessa conjuntura, lidar com a questão da paisagem, do ambiente, do espaço ou do meio composto pela constante e dinâmica integração e modificação de elementos humanos – culturais – e naturais (MACIEL, 2004) remete à noção de identidade territorial, uma vez que o território consiste no espaço representado e vivido, e faz parte da construção cultural do grupo que o habita, apresentando, portanto, um caráter dinâmico de constante transformação (BAPTISTA DA SILVA & BITTENCOURT JR, 2004).

2.1.1.4 À GUIA DE CONCLUSÃO: RUMO AO ETNODESENVOLVIMENTO, SEUS PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Retomando as discussões acerca da modernização e de sua proposta de desenvolvimento econômico hegemônico, o caminho a ser seguido era a industrialização das economias por via da incorporação de tecnologias e, conseqüentemente, a transformação de sociedades tradicionais em sociedades modernas. Isso, no entanto, não ocorreu, e o reconhecimento da diversidade cultural nos traz novos temas a serem repensados.

A problemática fundiária surge como questão relevante. Embates territoriais envolvendo diferentes formas de viver e de produzir propiciam uma série de questionamentos, o que, entre outras coisas, implica lidar com questões relativas às catego-

rias de tempo/espaço e à sua relação com o meio-ambiente. Tais conflitos decorrem frequentemente de impactos causados pela retirada de populações locais para a implantação de áreas de proteção ambiental.

A primeira lição, e talvez a mais difícil e importante das tarefas, diz respeito à necessidade de relativização das normas e legislações vigentes, no sentido de tentar compreender e conciliar as normas e regras vividas pelos povos tradicionais. Lima (1999, p. 22) analisa assim o dilema da administração dos conflitos no espaço público brasileiro:

O sistema jurídico não reivindica uma origem “popular” ou “democrática”. Ao contrário, alega ser o produto de uma reflexão iluminada, uma “ciência normativa”, que tem por objetivo o controle de uma população sem educação, desorganizada e primitiva. Os modelos jurídicos de controle social, portanto, não têm nem poderiam ter como origem “a vontade do povo”, enquanto reflexo de seu estilo de vida, mas são resultado destas formulações legais especializadas, legislativa ou judicialmente. Nessas circunstâncias não é difícil compreender que, ao não ser considerada como fórmula ideal a “aplicação da lei pelo povo”, valores legais, quando se aplicam, tendem a ser vistos como constrangimentos externos ao comportamento dos indivíduos.

No espaço público brasileiro, segundo o mesmo autor (1999, p. 24), naturaliza-se a desigualdade através do assentamento legal de uma igualdade formal, particularizando assim os direitos humanos num sistema composto por regras que estão sujeitas a interpretação, o que remete à questão da autoridade interpretativa e da hierarquia que particulariza os valores.

O que possibilita, portanto, a ordem social em um sistema que se constrói a partir da explicitação dos conflitos de interesses individualizados, em franca oposição, gerando a construção coletiva de regras explícitas, de aplicação literal e universal, e que se constitui em legitimação de sua ordem jurídica, em que a concepção de igualdade é formal – o direito igual de todos à diferença – é o que dificulta a existência do outro, fundado na conciliação forçada dos conflitos, visando à imposição da harmonia e do *statu quo*, para manter a hierarquia e a complementaridade entre elementos substantivamente diferenciados do sistema, produtor de regras gerais, sempre interpretadas particularizadamente pelos detentores do saber privilegiado para fazer justiça adequada a todos esses segmentos diferenciados.

Ainda segundo Lima (1999 e 2004), esse modelo de naturalização da desigualdade organiza-se em um modelo de pirâmide social que se encontra imbuído na formação jurídica brasileira e que foi construído historicamente desde o período do Brasil imperial. A problemática ambiental, por se tratar de um bem coletivo, situa-se no meio dessas ambiguidades inerentes aos espaços públicos, que suscitam questões acerca da legitimidade do poder e da descentralização.

Por outro lado, a abertura de espaços de reivindicação para povos tradicionais vem encontrando reconhecimento através de perícias e laudos antropológicos, principalmente no que diz respeito à demarcação de terras e ao resgate da memória do lugar. Juntamente com esse reconhecimento, o quadro teórico de Baptista da Silva & Bittencourt Jr. (2004) possibilita cruzar certas questões até aqui levantadas, uma vez que abordam o tema da identidade étnica, que envolve aspectos históricos, políticos, econômicos, ambientais, sociais e culturais que permitem compreender como cada comunidade apresenta ou vivencia elementos específicos do grupo, plurais e diversos em relação à sociedade envolvente. Assim, o conceito de etnodesenvolvimento pode ser utilizado para descrever o desenvolvimento voltado a populações tradicionais, a partir do reconhecimento de sua etnodiversidade, e para introduzir novos temas no seio dos espaços públicos voltados ao desenvolvimento dos Estados (LITTLE, 2002a).

Contudo, existe ainda uma série de problemas que permeiam esse tipo de intervenção, entre os quais, a enorme dificuldade para conciliar perspectivas tão diferentes em ações únicas – mediadas por não-integrantes dessas comunidades, como ONG's –, baseadas em políticas públicas voltadas para determinados grupos, segmentos, comunidades e/ou populações. Qual seria o parâmetro adotar? Percebe-se a existência de um fosso entre as macropolíticas com seus grandes projetos e a realidade microscópica e multifacetada presente no contexto local e regional, que remete a diferenças de ordem escalar e cujo desafio está justamente em transcender tais diferenças sem perder de vista suas dimensões, de modo a estabelecer relações dialógicas tanto na elaboração quanto na execução de tais políticas.

Como ponto de partida, torna-se necessário o diálogo cultural e uma perspectiva que se traduza em pôr-se no lugar do Outro. Sem esses deslocamentos, verificamos que as políticas públicas se tornam engessadas, quando tentam, por exemplo, resolver o que consideram a “pobreza” da sociedade, esquecendo que este é um termo de inúmeros significados e recheando seu pacote com cursos de “formação” ou “capacitação” e com “projetismos” em geral, moldados à luz do desenvolvimento de sociedades urbano-industriais (LITTLE, 2002a; ANJOS, 2004b). Para este último autor (p. 62), esse tipo de desenvolvimento, por mais que, na teoria, se apresente ligado à rede e à autonomia – no sentido de preservação cultural –, na prática, continua a alimentar uma dependência em relação a mediadores de políticas públicas do Estado e é, por isso, definido pelo autor como “desenvolvimento sustentado”. Entre outras coisas, essa dependência revela a ação de tutela do Estado em relação aos povos tradicionais, vistos como populações frágeis e incapazes de viver autonomamente.

Cabe lembrar que a cultura é dinâmica; observa-se, portanto, uma constante ressignificação das práticas culturais em meio às imposições do presente (LITTLE, 2002a; ANJOS, 2004a). Aqui, mesmo relativizando a ideia universalizante e hegemônica de desenvolvimento, é preciso ter cuidado, pois não se trata simplesmente de reconhecer a diferença entre duas lógicas, mas de tomar atitudes tais que ambas possam se manter de maneira digna e viável. Assim, a ideia do diálogo cultural leva-

nos a pensar a questão da relação entre lugares, identidades e culturas ou, mais precisamente, a focar as tensões e articulações decorrentes de uma dinâmica escalar e suas consequências em termos de unidade e (des)continuidade das representações e ações simbólicas entre grupos vinculados a um determinado lugar. Efetivamente, considerar as tensões relativas à combinação complexa entre o tradicional e o moderno permite indagar como as ideias e as representações diferenciadas, construídas culturalmente, circulam de um grupo para outro, estabelecendo ligações e rupturas entre eles e difundindo valores.

Espera-se que, ao se depararem com esta complexidade, técnicos e cientistas envolvidos no tema do desenvolvimento, sobretudo aquele ligado à gestão ambiental e às políticas públicas para o meio rural, lancem um olhar mais aprofundado sobre a problemática que está em jogo, qual seja, o desenvolvimento em sua dimensão de significados e aspectos associados. Assim, apontamos para um debate que transcenda o olhar do senso comum ou estritamente técnico, para chegar a uma visão com parâmetros científicos acerca da territorialidade, na perspectiva da defesa da diversidade cultural e étnica.

Referências

- ANJOS, J. C. G. dos. Identidade étnica e territorialidade. In: ANJOS, J. C. G. dos; BAPTISTA DA SILVA, S. (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004a. p. 63-118.
- ANJOS, J. C. G. dos. Raça e pobreza rural no Brasil meridional: as comunidades remanescentes de quilombos. *Estudos do Cepe*, Santa Cruz do Sul, v. 18, p. 43-62, 2004b.
- BAPTISTA da SILVA, S.; BITTENCOURT JR., I. C. Etnicidade e territorialidade: o quadro teórico. In: ANJOS, J. C. G. dos; BAPTISTA da SILVA, S. (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-9.
- BECK, S.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- CAUQUELIN, A. *A invenção da paisagem*. Rio de Janeiro: Martin, 2007.
- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2006.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIMA, R. K. de. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.
- _____. Os cruéis modelos jurídicos de controle social. *Insight – Inteligência*, a. 6, n. 25, p.131-47, abr.-jun. 2004.
- LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, 2002a.
- _____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002b. Série Antropologia, n. 322, p. 1-33.
- MACIEL, C. A. A. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. *Revista Geographia*, Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação

- em Geografia, a. 3, n. 6, jul.-dez. 2001. Publicação online dez. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_06/caio6.pdf>.
- MENEGHETTI, G. A. Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar. [s.d.] Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>>.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 43, n. 26, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>.
- PALMEIRA, M. G. S. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141989000300006&lng=en&nrm=iso>.
- SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHRÖDER, P. A Antropologia do Desenvolvimento: É possível falar de uma sub-disciplina verdadeira? *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 83-100, 1997.
- SIMMEL, G. A filosofia da paisagem. *Política & Trabalho*, Paraíba, PPGS/UFPB, n. 12, p. 15-24, set. 1996.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

2.1.2 Fórum de discussão da Unidade 2

Desenvolvimento rural: abordagens teóricas e limitações

Este fórum visa caracterizar as diferenças entre as abordagens do desenvolvimento rural vistas nas disciplinas cursadas no PLAGEDER. Além disso, serão discutidos os diversos fatores que podem limitar o desenvolvimento rural.

Tópico I: O conceito de desenvolvimento rural

Com base nos textos indicados nesta Unidade e em outros já estudados nas demais disciplinas, reflita sobre as noções de desenvolvimento rural, especialmente aquelas que se propõem a estabelecer uma equivalência entre desenvolvimento e modernização.

Tópico II: A articulação entre desenvolvimento, cultura e identidade territorial

Considerando o contexto de conflitos territoriais relativo à ocupação de espaços rurais, estabeleça uma relação entre desenvolvimento rural e a questão das diferenças culturais, dos direitos humanos e dos valores da democracia. Em outras palavras: como lidar com a questão dos direitos territoriais de populações tradicionais (como é caso das reivindicações dos povos indígenas e de comunidades negras rurais), frente ao discurso predominante de desenvolvimento baseado no mito do progresso, e a seus desdobramentos em termos de impactos socioambientais?

2.1.3 Atividade de avaliação

Síntese 1

Nesta Unidade, foram estudados conteúdos referentes às diferentes abordagens do desenvolvimento rural e de seus fatores limitantes. Com base nas leituras realizadas e em suas próprias reflexões, você deverá realizar uma síntese, relacionando esses conteúdos com sua realidade local/regional. A síntese deverá limitar-se a duas páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço simples, e poderá ser elaborada individualmente ou em grupos de até três componentes.

2.2 APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Os conhecimentos assimilados na Unidade 2 proporcionarão aos estudantes a aquisição de uma base consistente de conceitos no campo teórico-epistemológico e, ao mesmo tempo, uma qualificação para lidar e aprender com situações concretas em nível local/regional. Ou seja, objetiva-se formar profissionais com uma visão crítica que transcenda uma formação meramente técnica, habilitando-os a lidar com questões de cunho sociocultural na esfera do desenvolvimento rural.

2.3 ATIVIDADES PRÁTICAS

- (1) Com base nas leituras realizadas e nos conhecimentos assimilados até o presente momento, reflita acerca da noção de desenvolvimento rural no Brasil.
- (2) Qual é a relação entre desenvolvimento rural e as dimensões ambientais e socioculturais encontradas na esfera local/regional?
- (3) Em sua opinião, quais seriam, sobretudo no que diz respeito à questão étnica e fundiária, os desafios, limites e perspectivas que se descortinam no horizonte do desenvolvimento rural em sua região?

2.4 BIBLIOGRAFIA

2.4.1 Bibliografia básica da Unidade 2

BAPTISTA da SILVA, S.; BITTENCOURT JR, I. C. Etnicidade e territorialidade: o quadro teórico. In: ANJOS, J. C. G. dos; BAPTISTA da SILVA, S. (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004. p. 21-9.

MACIEL, C. A. A. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. *Revista Geographia*, Niterói, UFF, Programa de Pós-Graduação em Geografia, a. 3, n. 6, jul.-dez. 2001. Publicação online dez. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_06/caio6.pdf> .

MENEGHETTI, G. A. Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar. [s.d.] Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agricultura/art18.htm>>.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 15, n. 26, p. 83-100, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>.

2.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 2

ANJOS, J. C. G. dos. Identidade étnica e territorialidade. In: ANJOS, J. C. G. dos; BAPTISTA DA SILVA, S. (Orgs.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004a. p. 63-118.

LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, 2002a.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002b. Série Antropologia, n. 322, p. 1-33.

PALMEIRA, M. G. S. Modernização, Estado e Questão Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Introdução

Na Unidade 2 – **O Desenvolvimento Rural em Nível Local e Regional** –, o rural é tratado como espaço de produção e de vivência. Nesta Unidade 3 – **A Realidade Agrária** –, a realidade local e regional é analisada a partir da agricultura e da evolução dos sistemas produtivos, bem como da dinâmica da estrutura fundiária (acesso e uso da terra).

Objetivos

Os objetivos da Unidade 3 são:

- (1) oferecer ao estudante, através da literatura, elementos com capacidade explicativa sobre as particularidades dos modelos de desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul;
- (2) estimular o estudante a averiguar como a questão agrária tem contribuído para condicionar o desenvolvimento rural em nível local e regional; e
- (3) capacitar o estudante a elaborar reflexões em busca dos fatores que podem limitar ou estimular a lenta mudança dessa realidade local e regional.

3.1 CONTEÚDOS

3.1.1 Texto didático da Unidade 3

Origens da formação agrária sul-rio-grandense no contexto brasileiro

*Tanice Andreatta*⁸

*Leonardo Beroldt*⁹

*Elvis Albert Robe Wandscheer*¹⁰

Como vimos na Unidade 2, são diversos os fatores que determinam a dinâmica do desenvolvimento de uma região, entre os quais ressaltam os aspectos geográficos, históricos, socioculturais, econômicos e políticos. Na presente Unidade, apresentaremos a você uma introdução à questão agrária, mostrando como ela tem condicionado a dinâmica do desenvolvimento rural. Para tanto, dividimos nosso texto em

8 Economista; doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

9 Engenheiro Agrônomo; doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

10 Geógrafo; mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

cinco partes. A primeira procura, de forma muito sucinta, identificar as origens da estrutura agrária brasileira, apontando alguns elementos que orientaram seu desenvolvimento ao longo da história. A segunda parte aponta fatos ocorridos nos séculos XIX e XX que teriam sido determinantes para desenhar a multiplicidade do rural no Rio Grande do Sul. A terceira e a quarta partes analisam as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas, respectivamente, no Brasil e no Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XX, e suas consequências no espaço rural. A quinta e última parte focaliza o processo de modernização da agricultura no Brasil e seus impactos no espaço agrário sul-rio-grandense, a partir da segunda metade do século XX.

3.1.1.1 ORIGENS DA FORMAÇÃO AGRÁRIA BRASILEIRA (1500-1850)

A questão fundiária no Brasil, a partir da chegada dos portugueses, pode ser abordada em dois momentos. O primeiro compreende o repasse do direito de uso da terra por parte da Coroa Portuguesa através de sesmarias¹¹, de acordo com enlances de confiança, conveniência e/ou interesse, tendo como objetivo a ocupação do espaço e a manutenção e controle do território político. Esse período estende-se basicamente desde 1500, com a chegada dos colonizadores portugueses, até 1822, com a proclamação da independência do Brasil em relação a Portugal, e o início da fase do Brasil império.

Naquela época, o uso das propriedades centrava-se basicamente na produção de produtos tropicais voltados à exportação, caracterizando as *plantations*¹². Considerável parte das terras distribuídas durante o período colonial não foram cultivadas e passaram a constituir as chamadas terras devolutas ou inexploradas.

Um segundo momento, de 1822 a 1850, marca a posse livre dessas terras, pois não havia leis que regulamentassem seu direito de uso. Mesmo assim, essa modalidade de acesso pela posse não foi suficiente para impulsionar o surgimento de pequenos e médios produtores rurais. A *Lei de Terras*, instituída em 1850 pelo governo imperial, estabeleceu a compra como única forma de aquisição da terra, tornando ilegal o acesso por meio da ocupação. Com isso, o acesso às terras públicas só poderia ocorrer mediante a compra; ou seja, os imigrantes, os negros recém-libertos e os mestiços, limitados por suas condições financeiras, acabaram, em sua grande maioria, sendo excluídos desse processo. Esta lei, em larga escala, explica a concentração fundiária, a constituição do latifúndio improdutivo e a existência de grande contingente de pequenos agricultores com dificuldades de acesso à terra.

11 Uma sesmaria era a medida-padrão para a concessão de terras, com a qual se visava povoar o vazio demográfico e garantir a ocupação da fronteira. Segundo Laytano (1983, p. 15), uma sesmaria equivale a cerca de 13.068 ha, ou 150 quadras de campo. A quadra de sesmaria, ainda em uso na Campanha gaúcha, é uma medida equivalente a 87 ha.

12 Sistema agrícola baseado na monocultura de exportação que tem como marca o latifúndio e a mão de obra escrava.

Foi durante o final do século XVIII e o início do século XIX que se iniciou no Brasil uma política de imigração com o intuito de: (1) ampliar a oferta de mão de obra aos fazendeiros produtores de café; (2) criar uma classe média; e (3) ocupar porções de terra ainda devolutas, que se localizavam sobretudo no sul do país e que até então se encontravam nas mãos de caboclos e de indígenas nativos destas áreas.

Os imigrantes eram atraídos por promessas de terra e a perspectiva de um futuro promissor no “novo mundo”, longe de problemas como perseguições políticas ou desemprego na Europa do século XIX. A imigração dessa mão de obra assumiu papel integrante do processo nacional de transição do trabalho escravo ao trabalho livre.

Após 1850, com a *Lei de Terras*, eliminaram-se as possibilidades de aquisição de terras através da simples ocupação, como ocorrera na primeira metade do século. Teve início, então, o regime de aquisição.

De acordo com a *Lei de Terras*, todas as áreas até então não ocupadas passaram a ser propriedade do Estado, ao qual cabia a exclusividade de sua comercialização. No entanto, somente os grandes proprietários de terras estavam em situação de poder adquirir tais propriedades, pois raros eram os libertos que, após anos de trabalho escravo, tinham condições de adquirir a terra através da compra. Salvo esses casos, prosseguiu até meados do século XIX a vinda de imigrantes ao país, com a política de doação de títulos.

3.1.1.2 A QUESTÃO AGRÁRIA DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX NO RIO GRANDE DO SUL: A METAMORFOSE DAS REGIÕES NORTE E SUL DO ESTADO

Até o final do século XIX, a dinâmica agrária sul-rio-grandense estava estreitamente relacionada às áreas de campo mais ao sul do estado. A exclusividade na atividade pecuária foi uma característica na formação econômica do Rio Grande do Sul desde a sua origem, em meados do século XVIII. No entanto, uma metamorfose no contexto ambiental, social e econômico no Rio Grande do Sul teve início a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada de imigrantes, predominantemente alemães e italianos, para ocupar de forma mais sistemática a parte norte do estado.

A ocupação do território que compreende o estado do Rio Grande do Sul foi, em grande escala, um processo distinto do ocorrido no restante do país. As relações econômicas que iriam estabelecer-se ao sul, em maior ou menor grau, tinham características diferenciadas. No Nordeste do Brasil (economia açucareira) ou em São Paulo (economia cafeeira), em função das características dessas atividades produtivas, o Governo Central exigia certo grau de capitalização para a concessão de terras. No entanto, na Região Sul, essa exigência era pouco considerada, uma vez que o principal critério para a distribuição de terras eram os serviços prestados à Coroa. Entre os principais desses serviços, destacava-se a participação nas constantes disputas entre as Coroas portuguesa e espanhola pelas vastas áreas de campo localizadas no sul do continente. Os militares e civis que se destacavam como elementos importantes nessas batalhas eram gratificados com a doação de terras (PESAVENTO, 1994).

Esse procedimento possibilitou a manutenção de vastas áreas de campo sob o domínio português. Essa forma de distribuição de terras resultou na formação das sesmarias. De acordo com Laytano (1983), com o surgimento da estância, surgiu a propriedade privada no RS, amparada e regulamentada pela doação oficial e governamental. Como as sesmarias tinham, neste período, funções geopolíticas e militares, muito mais que produtivas, não havia uma classe determinada para receber terras. Assim, as concessões eram destinadas a militares, a tropeiros e, eventualmente, a alguns agricultores.

Além das condições naturais, outro elemento importante, também diferenciador entre a Região Sul e as demais regiões do país, é o das relações de trabalho. Enquanto nas regiões cafeeiras e açucareiras ocorriam elevados gastos com a aquisição de mão de obra escrava, no Rio Grande do Sul as atividades nas estâncias eram realizadas pelos peões, com custos relativamente baixos para os pecuaristas (PESAVENTO, 1994). Dado o baixo grau de acumulação da atividade pecuária, tornava-se inviável, nessa atividade, o uso sistemático de mão de obra escrava.

O cercamento dos campos, por volta de 1875, modificou significativamente a organização do trabalho na estância. Queiroz (1977) constatou que a figura dos agregados praticamente desapareceu a partir da expansão da pecuária extensiva. Esse processo se deu em decorrência do cercamento dos campos e do aumento da invernada do gado, que passou a demandar mais dedicação ao trabalho. O cercamento das terras significou o fim do que esta autora denominou “estância patriarcal”.

Segundo a mesma autora, no modelo da estância patriarcal, cabia aos agregados e às suas famílias a produção de alimentos para a autonomia e a subsistência da estância. Com o fim desse modelo de organização, várias famílias de agregados tomaram o rumo das cidades, pois, dentro da estância, somente o capataz podia ter mulher e filhos. Os peões não poderiam mais ter a família junto ao trabalho. Durante o período da estância patriarcal, o estancieiro, seu capataz, seus agregados e seus peões formavam um grupo muito unido; a distância social era amenizada pelo parentesco, pois toda essa gente pertencia muitas vezes a um mesmo tronco familiar e tinha, além disso, estilos de vida semelhantes; a sobriedade caracterizava essas estâncias (QUEIROZ, 1977, p. 72). A transformação mais importante ocorrida no interior da estância foi o aumento da distância social entre o estancieiro e sua mão de obra.

No segmento industrial, foi instalada, em 1779, aquela que seria uma das primeiras indústrias de charque às margens do rio Pelotas. Essa atividade desenvolveu bastante a navegação fluvial, gerou muitos empregos e estimulou o comércio regional, atraindo, graças ao sucesso obtido, outras indústrias charqueadoras. No Brasil, o charque cumpria uma função estratégica, porque se destinava à alimentação da mão de obra escrava que trabalhava nas grandes plantações do centro-norte do país. Nesse sentido, nada poderia comprometer a rentabilidade das *plantations* tropicais. Ademais, o governo central, para atender aos interesses desses grupos, facilitava a entrada do charque platino toda vez que houvesse uma elevação do produto nacional, ou, não raro, quando da impossibilidade de abastecimento apenas com a produção local (FONTOURA, 2000).

Segundo Pesavento (1986), um importante entrave ao desenvolvimento de tecnologias nas charqueadas gaúchas era o tratamento diferenciado que os governos dos países platinos davam à atividade pecuária. Enquanto, no Brasil, a Região Sul ocupava uma posição periférica, comparada com outras regiões do país, o mesmo não ocorria nos países platinos. Estes, sob o domínio da Inglaterra, modernizaram seus processos de produção e ao mesmo tempo articularam o segmento de escoamento da produção, através da construção de estradas de ferro e da modernização dos portos. Também mantinham a estratégia de introduzir tecnologias que permitissem aumentar o rendimento do trabalho. Além do mais, nos países do Prata, a pecuária era o principal produto de exportação, constituindo-se numa atividade-chave para seu desenvolvimento e recebendo, por isso, o apoio dos respectivos governos centrais.

No final do século XIX, o preço pago pelo gado no Rio Grande do Sul diminuiu consideravelmente, fato considerado por muitos como desencadeador do processo de decadência econômica da metade sul do estado. A baixa do preço pago pelo gado sul-rio-grandense foi ocasionada, segundo Rocha (2000), por dois fatores: a concorrência do charque produzido nos países platinos e a redução do consumo de charque.

De um modo geral, uma série de fatores históricos, culturais e geográficos fizeram com que a pecuária extensiva de baixo grau de otimização produtiva predominasse no sul, acentuando a distinção entre as duas regiões do estado. Em síntese, a menor aptidão agrícola dos solos, as condições favoráveis à incorporação de novas porções de terras aos latifúndios que possibilitavam a manutenção dos padrões de vida dos estancieiros, aliadas à racionalidade produtiva derivada da distribuição de terras como uma forma de garantir essas áreas sob o domínio português, calcado em grandes áreas pecuárias, levaram a parte sul aos contornos em grande parte predominantes até a atualidade.

No entanto, Carvalho et al. (1998) argumentam que, ao final do século XIX, o Rio Grande do Sul convivia com uma situação de crise baseada na grande propriedade rural, ligada à criação e às charqueadas, concentradas nas regiões da Campanha e Serra do Sudoeste. De acordo com os referidos autores, a crise foi agravada sobretudo por uma fragilidade relativa das classes dominantes regionais em fazer prevalecer seus interesses frente às classes dominantes em outras regiões do Brasil. Também começava a manifestar-se, no Rio Grande do Sul, um crescente dinamismo da sociedade colonial, localizada ao norte e noroeste, ancorada na pequena propriedade rural, na policultura e no capital comercial.

Conforme exposto anteriormente, a segunda metade do século XIX modificou substancialmente a forma de acesso à terra em decorrência da *Lei de Terras*, de 1850. Essa nova regulamentação, ao mesmo tempo em que extinguiu as sesmarias, também limitava o acesso de classes menos abastadas, como os imigrantes, os negros libertos e os mestiços. Mesmo assim, ampliavam-se as frentes de imigrações e, com elas, alteravam-se as disposições fundiárias fomentadas pelo governo da época.

Foi neste período que o estado do Rio Grande do Sul aumentou consideravelmente a ocupação de suas porções norte e nordeste, em grande parte compostas

de terrenos mais acidentados e de áreas cobertas por mato. Elas passaram a abrigar muitos colonizadores que trouxeram consigo perspectivas diferentes no tocante à ocupação do espaço agrário. Se anteriormente a perspectiva ocupacional do solo sul-rio-grandense estava fundamentada na pecuária, com a inserção desses imigrantes¹³, o policultivo passou a fazer parte da realidade agrária do estado.

A partir de então, teve início a chamada dicotomia existente entre as duas regiões, bastante distintas: a metade norte e a metade sul (não necessariamente contínuas). De um lado, as estâncias pecuaristas que utilizavam grandes extensões de terras (ao sul) e que, neste período da chegada dos imigrantes, vivenciavam a crise do charque¹⁴; e do outro (ao norte), a ascensão de uma economia colonial pautada na diversificação produtiva e na produção familiar que enfatizou o mercado local e ocupou espaços até então não explorados, devido, sobretudo, às características físicas (terras abruptas e temperaturas mais baixas) de grande parte deles.

Cabe salientar que a colonização da porção norte contou com grande apoio do governo do estado, especialmente em relação à oferta de infraestrutura aos imigrantes, por meio da criação de canais de acesso – abertura de estradas –, fator essencial à distribuição dos produtos da região (ROCHA, 2000).

Forjou-se, com isso, ao norte um processo diferenciado de ocupação do espaço. Esse processo contou com uma dinâmica maior, fruto da pluriatividade praticada nestes espaços, a qual impulsionou a economia local e buscou estratégias de melhorias constantes, sendo menos suscetível às crises do que o fora a monocultura pecuária praticada no sul. Mesmo contando com menores porções de terra, os colonos obtinham melhores resultados em termos de crescimento econômico, uma vez que eles possuíam determinados conhecimentos técnicos que já haviam sido difundidos na Europa (que vivenciou a revolução industrial no século XVIII), conhecimentos esses fundamentais às transformações capitalistas e à industrialização então nascente no norte do Rio Grande do Sul.

Assim, a colonização da parte norte do Rio Grande do Sul implicou na ocupação de vastas áreas de terras, o que de um modo geral não interessava aos estancieiros, pois aquelas áreas não reuniam condições para a criação de gado. No entanto, a ocupação, o tipo de trabalho e a forma de vida dos colonos alteraram a dinâmica e acabaram por expropriar os habitantes dessas áreas de florestas, a saber, os indígenas, os mestiços e os caboclos que viviam da exploração da erva-mate.

13 Os imigrantes eram principalmente alemães e italianos. A esse respeito, escreve Machado (1999, p. 14-5): “A imigração e colonização estrangeira ao Rio Grande do Sul, e a formação de um sistema de pequena propriedade com trabalho familiar, foi um processo complexo que deve ser estudado, também, abstraindo-se as diferenças étnicas, nacionais e religiosas dos colonos, e procurando uma continuidade entre a colonização (principalmente alemã), iniciada sob a direção do Governo Provincial a partir da década de 1840, e aquela dirigida, a partir de meados dos anos 1870, pelo Governo Geral (principalmente italiana)”.

14 Crise oriunda, segundo Rocha (2000), da baixa do preço do charque, devida à diminuição, na época, do consumo no país e da concorrência dos países platinos (Uruguai e Argentina).

3.1.1.3 A QUESTÃO AGRÁRIA E RURAL CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

Em termos de distribuição fundiária, o Brasil manteve sua característica histórica marcante, ou seja, a concentração fundiária e a permanência do poder nas mãos das oligarquias agrárias. Essa situação persistiu mesmo diante de compromissos oficiais assumidos, como, por exemplo, o *Estatuto da Terra*¹⁵, que ficou relegado ao plano retórico; e a realidade, segundo Prado Júnior (1963, p. 47-8), continuou marcada pelo

(...) acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira, reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso país constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil.

Porém, em outro plano ocorreram transformações significativas da agricultura e do meio rural, sobretudo no pós-guerra, período no qual o país vivenciou a chamada modernização da agricultura, ou Revolução Verde. Neste período, as relações existentes entre o meio rural e o meio urbano adquiriram nova configuração: a indústria passou a ser o setor mais dinâmico da economia nacional, atraindo cada vez mais pessoas para os grandes centros e expandindo as migrações do campo para a cidade.

Norteadas por uma visão desenvolvimentista, as políticas públicas brasileiras voltaram as atenções do setor agrícola para questões de cunho produtivista. No meio rural, os pacotes tecnológicos desempenharam importante papel, quer através de técnicas que possibilitassem maior aproveitamento e produtividade da terra para a produção de alimentos, quer através da mecanização do cultivo ou, ainda, do emprego de insumos químicos nas atividades agrárias, processo esse também denominado de *industrialização da agricultura*. Observam Goodman et al. (1990, p. 34):

A Revolução Verde representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação. A realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou este processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente. O conhecimento teórico e prático para esta tarefa já tinha sido estabelecido. Portanto, em grande

15 A promulgação do *Estatuto da Terra* pelo governo ditatorial, no ano de 1964, ocorreu por influência da Aliança para o Progresso, organização criada pelos EUA para aumentar seu espaço de atuação na América Latina, e que se propunha a promover algumas reformas, como a agrária, com o intuito de prevenir levantes comunistas nos países desta região, no âmbito da Guerra Fria (MAGALHÃES, 2006).

medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos.

Foi impulsionada pela entrada de capital estrangeiro que a economia nacional registrou certo grau de crescimento, acarretando, porém, ao mesmo tempo, dividendos à sua dívida externa. A grande expansão das empresas multinacionais no território foi uma característica marcante nos anos 1950 e 1960. Elas eram atraídas pelas facilidades concedidas para a entrada de capital internacional no Brasil e estimuladas pelo desenvolvimento industrial do governo de Juscelino Kubitschek. Essas empresas expandiram-se em novos setores da indústria de base, de transformação e de bens duráveis.

Posteriormente, o período denominado “milagre brasileiro” (1968 a 1973) contemplou um extraordinário crescimento econômico. A diversificação produtiva no campo ocorreu em função do mercado externo, o café deixou de ser o único produto na pauta de exportação agrícola com alta rentabilidade, graças à recuperação do algodão e da cana-de-açúcar, além da inclusão de novos produtos, como a soja, o suco de laranja e a carne.

Contando com o estímulo dos bons preços dos produtos agrícolas no mercado internacional e com políticas econômicas favoráveis, a agricultura melhorou seu desempenho, através da ampliação de áreas de cultivo e do uso da moderna tecnologia. Tal processo foi, no entanto, acompanhado de uma grande concentração da propriedade da terra.

A partir de 1974, o modelo de desenvolvimento posto em prática e responsável pelo chamado “milagre econômico brasileiro” enfrentava sérias dificuldades, a inflação voltava a subir mesmo diante do rígido controle dos salários, e os empregos começaram a desaparecer. Estes fatos, somados à conjuntura mundial desfavorável, forjaram um cenário amplamente desfavorável que iria desencadear, nos anos 1980, um período de recessão.

O resultado desse processo culminou num modelo que atingiu os agricultores de forma bastante desigual, dando mostras de que ele não se sustentava. Ainda que, por um lado, tenha provocado certo crescimento econômico, por outro lado, gerou desigualdades, pobreza e concentração de renda, além de degradar sobremaneira os recursos naturais. Nesse contexto, as políticas de desenvolvimento enquadraram os agricultores dentro de um padrão homogêneo de modernização, que levaria automaticamente até mesmo os agricultores mais “atrasados” ao desenvolvimento (MENEGHETTI, [s.d.]).

A profunda transformação ocorrida na agropecuária brasileira, principalmente no período que compreende a chamada “modernização agrícola”, contou com a participação ativa do Estado, considerado como o grande articulador desse processo. A política oficial relativa ao crédito rural constituiu o principal instrumento de política pública, que possibilitou a consolidação do modelo de desenvolvimento adotado na agricultura (CARDOSO, 1994).

Nos anos 1980, a economia brasileira foi marcada pela instabilidade e a hiperinflação. Os sucessivos planos econômicos, baseados no congelamento de preços, não foram eficazes no combate à inflação e à instabilidade econômica. No setor agropecuário, não apenas o crédito agrícola deixou de se beneficiar com juros abaixo da variação dos índices de preços, como também os ganhos decorrentes do câmbio praticamente desapareceram (BELIK & PAULILO, 2001). Com o fim dos créditos subsidiados, os juros e financiamentos tornaram-se mais elevados, os incentivos para a modernização cessaram e, conseqüentemente, a fase expansionista cedeu lugar a um ciclo de estagnação e declínio. Esses processos impactaram de forma significativa os setores agropecuários, sobretudo aqueles mais dependentes de empréstimos e financiamentos.

Brum (1982) chama a atenção para o fato de que não foram apenas as frustrações de safras que impactaram a agricultura e a economia, principalmente no planalto sul-rio-grandense. Segundo o autor, a prosperidade era mais aparente que real, pois a agricultura apresentava uma profunda vulnerabilidade em relação ao exterior, na medida em que a economia brasileira estava cada vez mais internacionalizada.

3.1.1.4 MUDANÇAS NA AGRICULTURA SUL-RIO-GRANDENSE A PARTIR DO SÉCULO XX

No Rio Grande do Sul, a primeira metade do século XX revela mudanças agrárias importantes, tanto na região da planície, ao sul, como na região do planalto, ao norte. Na primeira, destaca-se a instalação dos primeiros frigoríficos. Na segunda, a ascensão e a primeira crise do sistema de culturas diversificadas.

A instalação dos frigoríficos no início do século XX provocou mudanças nas regiões ocupadas pela pecuária; no Rio Grande do Sul, porém, isso só iria ocorrer em torno de cinquenta anos após a realização de tais investimentos nos países do Prata. O atraso em relação aos países platinos geralmente é atribuído a dois fatores: um, de ordem técnico-produtiva, relacionado com a qualidade do rebanho sul-rio-grandense, e outro, de ordem mais política.

Em relação ao primeiro fator, por volta de 1870 iniciaram os investimentos em melhoramento dos rebanhos no Rio Grande do Sul, através da importação de raças europeias. Entretanto, como as principais compradoras de gado eram as charqueadas e estas não exigiam um padrão de qualidade significativo, o refinamento dos rebanhos não se generalizou (FONTOURA, 2000; MIELITZ, 1994). Em contrapartida, como as empresas multinacionais encontravam nos países vizinhos matéria-prima de qualidade para abastecer suas indústrias, além de não existirem condições, também não havia interesse para instalar tais indústrias no pampa gaúcho.

O segundo fator, de cunho político, estava associado às discussões sobre uma possível implantação de indústrias com a utilização de capital nacional. No entanto, de acordo com Pesavento (1980), se, por um lado, os criadores e o governo temiam a instalação do truste da carne e uma possível situação de monopólio, por outro,

também não chegavam a nenhum acordo, devido a resistências por parte do governo, de cunho nitidamente positivista, orientadas por uma gestão do Estado contrária à concessão de privilégios a grupos. A preocupação manifestada pelas entidades de classe era de que a indústria da carne ficasse sob o comando do capital estrangeiro. Isso acabou se concretizando efetivamente em 1921, quando o Frigorífico Rio Grande, fundado em 1919, foi vendido à companhia britânica *Vestey Brothers*. Após a venda, ele passou a chamar-se *The Rio Grande Meat Company*, nome substituído, em 1924, por Frigorífico Anglo de Pelotas.

Enfim, o impasse quanto à instalação dos frigoríficos se resolveria somente no início do século XX, mais precisamente, a partir de 1917, quando os frigoríficos estrangeiros passaram a adquirir algumas charqueadas, adaptando-as à atividade frigorífica. O controle absoluto do setor mais dinâmico da indústria pecuária pelos frigoríficos estrangeiros coincidiu com o período do Pós-Guerra. De acordo com Pesavento (1980), esses frigoríficos passaram a realizar manobras, entre as quais a baixa dos preços do gado, como estratégia para manter a lucratividade dentro de uma conjuntura econômica desfavorável. Como o poder local não reunia condições para montar uma empresa com estrutura semelhante à dos frigoríficos, restou-lhe seguir operando a estrutura arcaica da charqueada, que, por dificuldades de competição com os frigoríficos estrangeiros, permaneceria em uma crise crônica.

Com o aumento do número de frigoríficos em nível mundial e a diminuição da demanda de carne, ocorreu uma redução dos lucros das grandes companhias. Estas, por sua vez, transferiam suas perdas aos produtores. Outra alternativa de comercialização de gado eram as charqueadas, as quais, no entanto, executavam a mesma manobra, transferindo as perdas aos produtores. Essas estratégias, quer da indústria da carne, quer das charqueadas, provocavam tensões em vários segmentos da pecuária sul-rio-grandense (PESAVENTO, 1980).

Em meio a essa crise, tanto os frigoríficos quanto as charqueadas, em função da estrutura do mercado, forçavam a baixa dos preços para os produtores. Pressionados, os pecuaristas passaram a implementar medidas redutoras de custos de produção. Projetos de inovação, seja em instalações, seja na base genética, seja nos recursos forrageiros, retomados com a perspectiva da indústria frigorífica, acabaram sendo reduzidos e até mesmo interrompidos.

Não obstante, houve muitas experiências na produção pecuária e na implementação de técnicas de produção, no manejo de rebanhos e nos recursos forrageiros que permitiram, e ainda hoje permitem, a obtenção de índices técnico-produtivos satisfatórios na atividade. Contudo, apesar dos bons resultados dessas técnicas, não ocorreu uma padronização mais geral do rebanho gaúcho. Em função de sua não-padronização, ou melhor, de sua não-adesão sistemática às inovações, passou-se a distinguir unidades de produção e/ou pecuaristas entre tradicionais e empresariais. Assim, por todo o século XX predominaram, como ainda hoje predominam, as unidades pecuárias conduzidas aos moldes tradicionais, nos moldes tradicionais da bovinocultura praticada nos moldes do século XIX.

Convém lembrar que a crise da pecuária normalmente impactava mais os estancieiros e criadores localizados na região nordeste do Rio Grande do Sul (Campos de Cima da Serra). Os estancieiros do Planalto evitavam uma concorrência direta com os estancieiros fronteiriços. Isso, porque os estancieiros fronteiriços, além de possuírem terras mais propícias à pecuária, também estavam mais próximos das charqueadas e do principal porto de exportação de couros e charques, localizado em Montevideú. Essa situação desfavorável persistiria durante o século XX e seria parcialmente superada por inovações de ordem técnica, como a criação de gado em pastagens cultivadas, melhoramento de campo nativo, melhoramento de raças (RUCKERT, 1985). Esse fato é muito importante, pois a descapitalização acentuada dos fazendeiros do Planalto, em grande escala, criou condições para o surgimento dos granjeiros a partir do início e da expansão dos cultivos de trigo e soja naquela região. A esse respeito, destaca Frantz (1982, p. 19):

Com a Proclamação da República, cada estado da federação estabeleceu sua própria política de colonização. Neste período, no Rio Grande do Sul, quase todas as terras de mato já estavam apropriadas e ocupadas, com exceção daquelas que se encontravam nas regiões do Planalto e do Alto Uruguai. No entanto, estas áreas já não eram propriamente virgens. A instalação dos colonos europeus significou em grande parte o deslocamento dos caboclos das áreas de florestas.

O início da colonização no estado do Rio Grande do Sul deu-se em 1824, na Colônia de São Leopoldo, com os imigrantes alemães. A corrente italiana tornou-se significativa a partir de 1875 (ROCHE, 1969). A fundação da Colônia Oficial de Ijuí, em 1890, nas matas da cabeceira do rio que leva o mesmo nome, foi um marco na colonização da região noroeste e do Planalto. A administração responsável pela colonização determinou um loteamento geométrico da floresta com lotes retangulares de 250x1.000 metros. Nesses lotes, os agricultores praticavam uma agricultura muito próxima à praticada pelos índios, ou seja, de corte-queimada na mata; os primeiros colonos foram empregados na construção viária, pagando seus lotes com seu salário. O rendimento elevado do milho redundaria num excedente físico de alimentos; no entanto, as dificuldades de acesso ao mercado inviabilizavam a comercialização desse excedente. No início, os colonos ali instalados praticavam uma agricultura de subsistência, mas, a partir de 1895, começaram a comercializar alguns excedentes, que transportavam da Colônia até o município de Cruz Alta (DUDERMEL et al., 1995, p. 15).

Da Colônia de Ijuí partiram outras levas de colonos para ocupar as terras do Alto Uruguai a oeste do rio Turvo. Em 1911, segundo Ruckert (1985, p. 38),

A ferrovia que adentrava o Planalto, provinda de Santa Maria em direção a Santa Rosa, alcança a Colônia de Ijuí e impõe uma nova dinâmica à região. Com essa infraestrutura, a colônia, de uma economia agrícola de subsistência, passou a uma fase de comercialização regional de seus produtos.

Neste período também, chegaram os novos habitantes procedentes das colônias velhas e, com um capital inicial, implantaram um regime de policultura, sistema caracterizado pela diversificação, com o predomínio de rotação para as culturas comerciais, terras de pousio e fraca associação à pecuária. Esses colonos possuíam meios de produção significativos na época, a saber, alguns animais de transporte, tração ou produção, e equipamentos (arado, carreta, etc.), fato importante na época, pois a diferenciação entre unidades de produção decorria da maior ou menor precocidade na adoção da tração animal. Esse fator diferenciador redundou na duplicação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, permitiu a acumulação bem como a ampliação das unidades de produção através da aquisição de terras (DUDERMEL et al., 1995).

Nos núcleos urbanos originários da colonização, passou a existir uma forte demanda de produtos não produzidos nas colônias. Da necessidade de um local para a aquisição de tais produtos surgiram os “bolichos”, ou “bodegas”, e a figura do comerciante como um agente fundamental na Colônia. O comerciante aqui é entendido como o “bolicheiro” das colônias, estabelecido no cruzamento de estradas, onde tiveram origem pequenos povoados. Esses comerciantes se capitalizavam extraíndo sua mais-valia dos produtos adquiridos do colono, tais como milho, trigo, feijão, mandioca e suínos, e revendendo-os aos centros consumidores. De um modo geral, esses agentes tornaram-se líderes entre os colonos, assumindo o papel de financiadores ou emprestadores de dinheiro, num contexto em que os colonos ainda não recorriam ao crédito bancário (RUCKERT, 1985, p. 66). Parte dos pequenos bolicheiros das colônias que acumularam algum capital e que investiram em mercadorias de maior circulação extrapolaram os limites de seus respectivos núcleos coloniais e passaram a estabelecer novas relações comerciais, conquistando também concentração de poder em decisões políticas. Como observa Ruckert (1985, p. 61),

(...) o comerciante passou a atuar como intermediário entre o colono e o comércio maior localizado nos núcleos mais distantes, e passou a acumular riquezas do comércio de mercadorias e como “emprestador” de dinheiro a estes colonos e, conseqüentemente, como acumulador de poder e prestígio local.

Aqueles comerciantes que acumularam mais do que a maioria dos pequenos bolicheiros buscaram investir em terras e tornaram-se mais tarde efetivamente agropecuaristas.

De acordo com Frantz (1982), o sistema utilizado pelos colonos do noroeste do Rio Grande do Sul provocou a redução da fertilidade do solo, a baixa produtividade e a descapitalização dos agricultores locais. Entretanto, o fator primordial que desencadeou a crise do sistema de cultivo colonial foi, segundo o autor, a dificuldade de acesso à fronteira agrícola, onde “o tradicional sistema de cultivo dos colonos encontra seus limites na década de 1960 quando o acesso a um dos elementos essenciais de sua existência lhe é dificultado: as terras da fronteira agrícola” (p. 25). Neste

período, os preços das terras eram tão baixos que, ao final da primeira ou segunda geração de exploração do lote original, quando este apresentava queda de produtividade, a alternativa era a aquisição de uma “colônia nova”. É o que destaca o autor:

No entanto, no decorrer da década de 1940, a região colonial do noroeste do Rio Grande do Sul já enfrentava problemas agroeconômicos. Cabe salientar que os rendimentos do milho, por exemplo, caíram pela metade. Esse processo foi atribuído à generalização do cultivo com tração animal, que, ao mesmo tempo em que permitia o aumento da área cultivada, provocava a diminuição do pousio nas áreas de floresta. O uso da tração animal também deixava os solos mais expostos e susceptíveis à erosão. Já “a falta de uma integração entre a agricultura, criação e reposições minerais não incorporou os elementos retirados do solo pelas plantas e, conseqüentemente, desencadeou a redução dos rendimentos físicos dos produtos” (DUDERMEL et al., 1995, p. 16). Nos campos da região do Planalto, a crise é desencadeada pela desvalorização dos preços do boi. “Entre os anos de 1942/1950, enquanto o índice geral de preços aumentou 173,2%, o do preço dos bovinos aumentou 119,5%” (p. 33).

No início da década de 1960, na região do planalto do estado, a estagnação econômica era observada tanto nas áreas de colônias como nas áreas de campos. Neste período, a paisagem agrária do Planalto passou a sofrer modificações consideráveis, principalmente em áreas de florestas, devido à colonização. De acordo com Silva Neto (1997, p. 9),

(...) o sistema de produção praticado pelos colonos, baseado no processo de derrubada-queimada da mata, vai, aos poucos, modificando a paisagem regional. Já o sistema desenvolvido pelos estancieiros e fazendeiros, baseado na pecuária extensiva, mantém-se praticamente inalterado até por volta dos anos 50, provocando poucas modificações na paisagem de campos.

Para Pebayle (1971), as transformações no Planalto já vinham ocorrendo de forma acelerada desde a década de 1950 e resultaram no surgimento das primeiras granjas de trigo. No entanto, os granjeiros, ou empresários agrícolas, que iniciaram a produção mecanizada de trigo não eram colonos, mas comerciantes de cidades coloniais que, habituados às rotinas bancárias e tendo uma visão mais ampla de negócios, se aproveitaram das condições favoráveis do período. De acordo com Frantz (1982), esses comerciantes tinham um relativo conhecimento do meio rural. Conseqüentemente, a confluência da tradição na agricultura com um conhecimento para além das comunidades locais foi preponderante no desenvolvimento agrícola em terras de campo. Assim, os primeiros granjeiros eram comerciantes que haviam conseguido alguma acumulação de capital através de seu comércio com os colonos, com os profissionais liberais e com os pequenos industriais.

No entanto, de acordo com mesmo autor, o trigo só poderia representar uma alternativa viável de investimento na medida em que houvesse disponibilidade de áreas de grande extensão. Como os granjeiros procuravam áreas de mais de 100

hectares, só poderiam encontrá-las junto aos fazendeiros na região de campos e dependiam da predisposição destes para arrendá-las ou vendê-las. De acordo com o autor, a concorrência com os fazendeiros da fronteira somada à queda dos preços do boi, limitou os rendimentos dos pecuaristas. Estes, então, em dificuldades, arrendavam e/ou vendiam parcelas de terras a agricultores-granjeiros. A mão de obra para trabalhar nas granjas provinha tanto das áreas de pecuária como das regiões coloniais, onde o parcelamento da propriedade gerava um excedente populacional com experiência em atividades agrícolas.

Ainda segundo Frantz (1982), estavam dadas as condições regionais para que os investimentos no cultivo do trigo se apresentassem com perspectivas de lucro, assim as granjas surgiram nas terras de campos “de uma conjunção de fatores externos à região (política oficial) com a situação socioeconômica específica em que a mesma se encontrava na passagem dos anos 1950, situação engendrada pelas características de formação histórica de sua agropecuária” (p. 35). A dinâmica da economia das granjas foi, fundamentalmente, lastreada pelo Estado brasileiro através de financiamentos de instalações, máquinas, equipamentos, sementes e insumos para a correção/conservação de solos. Assim, a agricultura avançou nas terras de campo graças aos granjeiros, e duas sociedades que evoluíram até aquele momento, cada uma a seu modo, começaram a se entrelaçar, como destaca Pebayle (1971, p. 53):

Desde uns dois ou três anos, efetivamente, criadores e agricultores, que formavam até agora duas sociedades rurais somente justapostas, estão em vias de se encontrar. Entendemos assim porque os primeiros fazem tímidos ensaios de agricultura e os segundos, por sua vez, começam a manifestar um certo interesse pela pecuária. Parece, com efeito, que, após a introdução da agricultura em terras de campo, uma segunda mudança fundamental está em vias de aparecer e que consiste no nascimento de uma sociedade de agricultores-pecuaristas [...] Encontramo-nos numa fase de transição entre a adesão restrita e a adesão a uma mudança radical de exploração do solo.

De 1957 e 1968, a região foi marcada por uma grave crise na triticultura. A princípio, essa crise se manifestou pela redução brusca da produção/produktividade do sistema de cultivo. Entretanto, além de problemas de ordem agroeconômica (irregularidades climáticas, práticas culturais que propiciavam o aparecimento de doenças, variedades inadequadas para as terras de campo), também ocorriam dificuldades de armazenagem, transporte e comercialização. A estratégia de substituição às importações, implementada pelo Governo Federal, atingiu diretamente a política de apoio ao trigo, que sofreu mudanças consideráveis (FRANTZ, 1982).

Somente partir de 1967 ocorreu uma reação positiva na produção de trigo. Essa reação se deveu, em parte, aos fatores climáticos favoráveis, mas também foi reflexo das práticas conservacionistas que melhoraram as condições físicas dos solos. Por outro lado, a ampliação das áreas plantadas e a infraestrutura em máquinas e

equipamentos implantada para a triticultura permitiam a introdução de uma espécie de verão: a soja. A possibilidade de explorar a terra com um cultivo de verão e um de inverno reduziria consideravelmente os custos fixos de produção de ambos os cultivos. Porém, no centro dessas transformações, foram de fundamental importância as facilidades de acesso ao crédito.

No Rio Grande do Sul, o cultivo da soja adquiriu certa importância econômica após 1936. Porém, o cultivo começou a ter peso significativo somente no pós-guerra, com as instalações das primeiras indústrias de óleos vegetais no país. Frantz (1982) destaca ainda que, entre 1957 e 1967, a produção aumentou 13,6 vezes. Mas, durante este período, a produção restringia-se quase que exclusivamente aos colonos, que destinavam uma grande parte da produção à alimentação de suínos.

3.1.1.5 O PERÍODO DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES

O período de 1965-1979 pode ser considerado um período de recursos abundantes para investimentos no setor produtivo brasileiro. Durante esses anos, a noção de desenvolvimento rural estava estreitamente relacionada às atividades agropecuárias. Com o processo de industrialização em ritmo acelerado, o setor urbano demandava uma agricultura capitalista viável. Para tanto, além dos altos investimentos em infraestrutura e transporte, foi previsto um conjunto de medidas articuladas para acelerar o crescimento e a modernização da agricultura. Assim, criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com a função de fornecer crédito a baixo custo para fomentar os investimentos, o custeio e a comercialização das atividades agrícolas. De forma complementar, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) asseguravam, respectivamente, um preço mínimo de comercialização e um seguro para o caso de frustração de safras em função de adversidades climáticas. Para dar conta da pesquisa, foi instituída a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A difusão das tecnologias e a extensão rural passaram a ser função da recém-criada Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O cenário favorável e a facilidade de captação de dinheiro a juros baixos no mercado internacional permitiram o crescimento em níveis acelerados. Com o chamado “milagre brasileiro”, os centros urbanos passaram a crescer rapidamente, e modificações significativas ocorreram no meio rural (BELIK & PAULILO, 2001; CARDOSO, 1994; FRANTZ, 1982).

A partir desse período, em função do crescimento acelerado das cidades e, conseqüentemente, do aumento do mercado interno da demanda por carnes, ocorreu a construção de frigoríficos nacionais com tecnologias de refrigeração mais modernas que as dos antigos frigoríficos de capital estrangeiro. O início da década de 1960 foi marcado, no país, pelo surgimento da indústria automobilística, que propiciou o transporte de animais vivos por distâncias mais longas e aproximou mais as zonas

criadoras dos frigoríficos, e estes das zonas urbanas de consumo. O mesmo crédito subsidiado que permitiu a modernização da agricultura sul-rio-grandense também possibilitou a expansão das plantas frigoríficas nacionais que abatiam e processavam bovinos de corte para atender principalmente os mercados dos Estados Unidos da América (EUA) e da Comunidade Econômica Europeia (MIELITZ NETTO, 1994).

Nos anos 1970 e 1980, o mais importante programa para a atividade pecuária foi coordenado pelo CONDEPE (Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária). Ele visava melhorias na produtividade da bovinocultura de corte e da ovinocultura. As ações do CONDEPE abrangiam boa parte do território brasileiro (principalmente o estado do Rio Grande do Sul e os estados do Centro-Oeste) em que, na época, aquela atividade era importante. Os financiamentos eram destinados principalmente à correção de solos e à implementação ou recuperação de pastagens (CARRER et al., 2007). Apesar dos resultados positivos obtidos, a expansão do crédito rural para a pecuária de corte, no final dos anos 1960 e durante a década de 1970, de um modo geral, não redundou na esperada expansão da produção e produtividade da bovinocultura. Além do mais, esse crédito ficou concentrado nos grandes proprietários.

Segundo Fontoura (2000), poucos pecuaristas usufruíram dessa política, uma vez que, neste período, a atividade pecuária se encontrava tecnicamente defasada. Diferentemente das atividades de lavoura, o segmento da pecuária foi incapaz de estabelecer vínculos com a indústria fornecedora de insumos e equipamentos para a produção agrícola (a montante) e a indústria de transformação e processamento dos produtos agrícolas (a jusante). Por outro lado, também diferentemente dos granjeiros, em grande escala oriundos das atividades urbanas e habituados às rotinas bancárias e comerciais, uma parte considerável dos estancieiros não dominava os instrumentos de crédito, tinha receio de investir na agricultura, desconhecia técnicas de melhoramento dos rebanhos e das pastagens. A inseminação artificial, embora conhecida dos estancieiros na década de 1960, ainda era muito pouca utilizada.

De acordo com Frantz (1982), no Rio Grande do Sul, em larga escala, os incentivos na forma de crédito da política de modernização rural beneficiaram principalmente os lavoureiros de trigo e arroz, uma vez que esses produtos eram muito importantes para fomentar o mercado interno. A soja, em fase de franca expansão, visava sobretudo o mercado externo.

Nessas condições, passou a ocorrer uma expansão da agricultura mecanizada para as áreas de pecuária, expansão essa que se daria, *a priori*, sob a forma de arrendamento. Na região central e na Campanha, a lavoura de arroz vinha sendo implantada sob a égide da modernização, expandindo-se para as áreas de campo. Esta foi uma estratégia que os pecuaristas usaram em larga escala para diversificar as fontes de renda e superar as sucessivas crises decorrentes da baixa rentabilidade da atividade pecuária (FONTOURA, 2000). Nesse contexto histórico de transformações, nas regiões típicas de agricultura, mais ao noroeste do estado, o binômio milho-mandioca, predominantemente encontrado em zonas de agricultura colonial e destinado basicamente

à criação e engorda de suínos, quando não substituído, passou a ser dividido com o binômio trigo-soja, destinado à comercialização. De acordo com Brum (1982), o crescimento das áreas com cultivo de soja fez com que essa atividade avançasse rapidamente das áreas de agricultura colonial para as áreas de campo do Planalto e em direção a outras regiões pioneiras, bem como a outros estados brasileiros.

Um elemento importante na dinâmica das regiões coloniais foi o fato de que a produção do óleo de soja passou a absorver a composição básica da alimentação dos suínos. O aumento do preço da soja coincidiu, em 1973, com uma supersafra na região do Planalto. Sobre a expansão e as consequências da monocultura, Frantz (1982) destaca que o rápido aumento da produção, aliado a resultados econômicos favoráveis, provocou uma euforia em vários segmentos ligados a agricultura, induzindo muitos agricultores à especialização dos cultivos de trigo e soja. Essa especialização, no âmbito da modernização da agricultura, conduziu a uma subordinação desses agricultores ao capital agroindustrial, por via do capital financeiro, o que resultou no agravamento de um processo de diferenciação social que já estava em curso. Como consequência, um número expressivo de agricultores foi levado a abandonar a agricultura.

Para Ruckert (1985), com a modernização, “quebrou-se o ritmo tradicional da vida do pequeno agricultor do interior, introduzindo-o no ágil e movido mundo das especulações financeiras. Assim, o pequeno e médio agricultor ingressou na produção modernizada e foi integrado ao mercado mais amplo sobre o qual não tem nenhum poder de decisão” (p. 57).

Neste sentido, a mudança do padrão de vida e a exploração do pequeno agricultor foi um processo relativamente rápido, que se expandiu e se consolidou durante a década de 1970. A soja foi a principal cultura a receber estímulo governamental¹⁶; e, em torno dela, pequenos agricultores e ex-pecuaristas metamorfoseados na figura do “granjeiro”, juntos, desencadearam o processo de modernização da agricultura da região. As formas básicas da produção do Planalto – a pecuária tradicional e a agricultura colonial – sofreram rearranjos, e uma parte considerável dos estabelecimentos evoluiu para um novo estilo de produção. Nesse novo modo de produção, baseado no capital e na técnica, a soja tornou-se o produto básico, que foi amplamente incentivado pelo Governo Federal, com o apoio irrestrito das cooperativas (FRANTZ, 1982). Para os agricultores com área superior a 20 hectares, a motomecanização e a quimificação das produções vegetais permitiram um rápido aumento da renda familiar. Isso, porém, se daria por pouco tempo.

16 Na década de 1970, o Governo Federal tinha uma superestrutura consolidada que assistiria o produtor desde o preparo do solo até a comercialização da safra. As instituições ligadas à pesquisa desenvolviam cultivares de melhor rendimento e qualidade; a extensão rural era responsável pela difusão das novas tecnologias; o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) oferecia crédito abundante para investimentos e custeio; a comercialização era garantida pela PGPM (Política Geral de Preços Mínimos); e o PROAGRO garantia os financiamentos, em caso de quebra de safra (FRANÇA & FREITAS, 2000).

Até o final da década de 1970, a conjuntura econômica mundial era relativamente estável, favorecendo a modernização e lucros satisfatórios na agricultura. No entanto, em decorrência da segunda crise do petróleo, ocorrida em 1979, vários países, principalmente os industrializados, passaram a proteger suas respectivas economias em detrimento dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, entre os quais o Brasil. A partir da nova conjuntura, houve uma queda de preços dos produtos primários no mercado internacional, e o preço dos combustíveis, insumos, fertilizantes e agrotóxicos elevou-se acima dos preços da produção agrícola. Para acentuar ainda mais as dificuldades, os juros bancários registraram altas, provocando o endividamento daqueles agricultores que dependiam do mercado financeiro para realizar sua produção (BRUM, 1982).

Os agricultores da região que haviam intensificado o cultivo de grãos foram duramente atingidos pela crise deflagrada no final da década de 1970. Com a redução dos recursos para o financiamento agrícola, os granjeiros já organizados e capitalizados tornaram-se os tomadores naturais do crédito disponível e, mesmo sentindo a pressão e as dificuldades da nova política agrícola, a grande maioria deles seguiu seu curso nos moldes da agricultura “moderna e tecnificada”.

Todavia, a maioria dos pequenos agricultores que, para se inserir na agricultura moderna, abdicaram da diversificação dos cultivos durante a década de 1980 mergulharam em profundas dificuldades. Com a redução do crédito rural, os pequenos agricultores ficaram em situação desfavorável. Como os recursos para financiamentos eram limitados e, em grande parte, oferecidos pelo setor privado, com a exigência de garantias reais e o excesso de burocracia, esses agricultores se viram praticamente excluídos da obtenção de tais recursos. Com a intensificação da crise agrícola no final da década de 1980, as dificuldades impostas pela queda dos preços da soja e a impossibilidade de aumentar a escala de produção, seja através da expansão de área, seja através do aumento da produtividade das lavouras, os pequenos agricultores da região voltaram a diversificar sua produção. Entre as possibilidades de diversificação, merece destaque o aumento da produção de leite. Além disso, também começaram a despontar ações no sentido de fomentar as atividades não-agrícolas, como as agroindústrias e o turismo rural.

Essas mudanças em relação ao rural foram, em larga escala, impulsionadas pelo aprofundamento dos impactos provocados pelos efeitos do modelo de desenvolvimento baseado na modernização agrícola. A não-adesão generalizada ao modelo tecnológico e o não-desaparecimento da agricultura do tipo familiar, que fora preconizada por um longo tempo, as rápidas mudanças socioculturais, econômicas e, sobretudo, ambientais também contribuíram para o questionamento desse modelo de desenvolvimento.

No Brasil, principalmente a partir da década de 1990, intensificaram-se as discussões sobre o desenvolvimento rural, ancoradas na noção de desenvolvimento sustentável. Esse modelo confirma, entre outras coisas, a necessidade de se reconhecer o papel ativo dos agricultores na identificação dos problemas relacionados a esse

meio (PINHEIRO, 1995). No leque dessas discussões, emergiram particularidades que demonstravam que o “rural” se situa além da esfera do “agrícola”. Segundo tal concepção, além das relações de produção convencionais, o “rural” também envolve uma série de outras relações e funções, tais como a multifuncionalidade da agricultura, a pluriatividade, as rendas não-agrícolas, o papel das transferências sociais (pensões e aposentadorias), praticamente mantidas invisíveis, devido ao modelo de desenvolvimento vigente e às políticas agrícolas tradicionais (CARNEIRO, 2000).

As mudanças na agricultura brasileira e a discussão do rural a partir de uma perspectiva mais ampla permitiram, no Rio Grande do Sul, a superação da divisão clássica do estado em metade norte, de características essencialmente agrícolas, e metade sul, de características essencialmente pecuárias. Assim no “norte agrícola”, encontra-se uma região essencialmente pecuária, com estabelecimentos que desenvolvem a bovinocultura, seja nos moldes tradicionais, seja em moldes tecnificados, muito semelhantes àqueles encontrados nos campos do sul. O inverso também é verdadeiro, ou seja, existem regiões e estabelecimentos localizados no “sul pastoril” que possuem configurações fundiárias e agrícolas semelhantes às características de estabelecimentos do norte sul-rio-grandense. O mesmo pode ser constatado em termos de dinâmica econômica e social.

A dinâmica das atividades agropecuárias nos anos 1990, por exemplo, tem-se configurado a partir da conjuntura econômica e das possibilidades no que se refere ao uso da terra. Entendido dessa forma, nas regiões tradicionais de produção pecuária, como a Campanha sul-rio-grandense, tem-se observado o aumento de áreas ocupadas com cultivos de lavouras anuais. Além do cultivo de arroz, tradicional nas regiões mais ao sul do estado, também aumentaram as áreas ocupadas com os cultivos de milho e soja. Barcellos et al. (2004) explicam que, nessas áreas típicas de produção pecuária, se observa uma tendência de “agriculturização”. Ainda que essas regiões apresentem limitações no que se refere ao relevo, aos solos e ao clima, principalmente para os cultivos de seco (soja e milho, sobretudo), estes têm-se expandido por essas regiões. Nesse contexto, as terras que historicamente eram exploradas com pecuária passaram, nos últimos anos, a ser sistematicamente ocupadas com lavouras. Segundo os autores acima referidos, a oportunidade de integração com a lavoura ocorria por iniciativa do próprio pecuarista que possuísse alguma vocação agrícola; ou com a ampliação de áreas cultivadas por aqueles que já praticassem cultivos de lavoura com terceiros; ou, ainda, graças à possibilidade de arrendamentos de terras a agricultores que migrassem para regiões marginais, com terras a preços mais acessíveis. Além do aumento das áreas de lavoura, também se verificou o aumento de áreas ocupadas com florestas de espécies exóticas.

Assim, nas regiões típicas de produção pecuária, identificam-se, atualmente, além de atividades tradicionais como criação de gado e produção de arroz, também núcleos de cultivos diversificados, áreas de produção com cultivos de seco (soja e milho) em média e grande escala e áreas com cultivos de florestas exóticas. A ideia

de que predominam grandes estabelecimentos pecuários é apenas parcialmente confirmada: na verdade, com os grandes estabelecimentos empresariais, voltados para a produção e o beneficiamento de arroz, coexistem os pequenos estabelecimentos de caráter familiar ancorados nos pequenos cultivos, as estâncias envolvidas com a criação de gado nos moldes tradicionais, a pecuária do tipo empresarial e as lavouras de trigo e soja. Por consequência, os agentes sociais também deixam de ser unicamente os pecuaristas, sejam eles familiares, sejam empresariais.

Essa diversidade em relação às atividades agropecuárias verifica-se igualmente nas regiões típicas de agricultura, pois essas regiões, no início predominantemente ocupadas com florestas, mais tarde com cultivos diversificados, sofreram mudanças consideráveis nas últimas décadas. Nas áreas em que as condições de relevo, solo e clima são mais adequadas, como no noroeste do estado, observa-se a presença de lavouras (trigo, soja e milho) muitas vezes combinadas com a terminação de bovinos na época do inverno; ou seja, uma espécie de integração entre lavoura e pecuária. Mais ao nordeste do estado, na região denominada Campos de Cima da Serra, típica de produção pecuária, atualmente também se verificam cultivos diversificados e um crescimento expressivo de áreas ocupadas com florestas de espécies exóticas.

Como foi mencionado acima, o rural contemporâneo extrapola a esfera exclusiva do agrícola ou das atividades agropecuárias. Assim, as regiões ou municípios dotados de uma dinâmica industrial e de serviços mais articulados propiciam a inserção dos agricultores em atividades não-agrícolas e a existência de famílias rurais pluriativas, por exemplo. Em regiões ou municípios que possuem reservas ou áreas de preservação e belezas naturais, ou que preservam aspectos relevantes ligados à tradição e à cultura, o turismo rural tem-se tornado uma alternativa de peso para as famílias rurais. Em núcleos onde predomina a agricultura familiar, as agroindústrias familiares têm contribuído para a diversificação de atividades agropecuárias, a agregação de valor a esses produtos, bem como a identificação e exploração de canais de comercialização e mercados diferenciados, proporcionando assim aumento da renda e diversificação de estratégias de reprodução social.

Com a realidade posta nesses termos, verifica-se uma série de situações distintas no que se refere à dinâmica dos espaços rurais sul-rio-grandenses. A regionalização clássica do estado do Rio Grande do Sul, que opõem um *norte* rico, com características agrícolas e pequenos estabelecimentos, a um *sul* pobre, com paisagem pastoril e grandes estabelecimentos, é por demais simplificada frente à diversidade de situações que se podem identificar em cada uma dessas regiões e tem, atualmente, pouco poder explicativo da situação agrária sul-rio-grandense.

Do ponto de vista social, verifica-se em ambas as regiões a existência de famílias rurais em situação de extrema pobreza e de outras em condições de estabilidade socioeconômica, inseridas em uma ou outra categoria social, a de pecuaristas ou a de colonos. Os agentes ou atores sociais também se encontram mais distribuídos. Se anteriormente os pecuaristas estavam localizados mais ao sul e os colonos e agriculto-

res familiares mais ao norte, atualmente, tanto uns quanto outros se fazem presentes em ambas as regiões.

As múltiplas unidades de paisagem e as múltiplas formas de ocupação e exploração do espaço agrário gaúcho tornam praticamente impossível conceber o estado a partir de duas grandes regiões homogêneas. Independentemente dos diferentes aportes teórico-metodológicos que possam ser usados para estudar o espaço geográfico sul-riograndense, o que tende a emergir dessas investigações e a existência de especificidades, derivadas das características de cada região. Essas especificidades afloram nos perfis distintos de relevo, de solo e de vegetação dos territórios e nas formas como eles foram ocupados. A interação entre os elementos naturais e as dinâmicas econômicas, sociais e culturais é causa e, ao mesmo tempo, consequência das especificidades regionais. Essas mudanças são, pois, em grande parte, o reflexo das particularidades socioeconômicas, culturais e institucionais, permanentemente em interação.

Considerações finais

O reconhecimento do rural como um espaço multifacetado, específico e diferenciado, em decorrência das particularidades históricas, sociais e culturais, tem permitido avanços importantes no que se refere a projetos de desenvolvimento rural e a políticas públicas relacionadas a esse tema. A partir daí, têm-se multiplicado as investigações que buscam identificar as razões dessa diversidade, bem como as formas de articulação dos agricultores frente às restrições impostas não só pelos fatores intrínsecos aos estabelecimentos, mas também pelo ambiente político-institucional em que estão inseridos.

Convém lembrar, no entanto, que a agricultura e as formas diferenciadas que ela assume no tempo e no espaço são produto de sua história, da ação passada e presente e das sociedades que nelas se inserem. As relações que se estabelecem entre a sociedade e o entorno natural se revelam complexas, pois são dinâmicas e estão permanentemente em interação.

Assim sendo, a compreensão do momento presente e a possibilidade de realização de projetos de desenvolvimento rural consistentes, a médio e longo prazo, pressupõem o conhecimento aprofundado da agricultura ao longo do tempo. As condicionantes e possibilidades da agricultura de uma dada região estão relacionadas não somente com as características biofísicas, mas principalmente com os propósitos e as maneiras com que as sociedades “administram” essas características. Por isso, o conhecimento das situações que ocorrem e as mudanças que se operam ao longo do tempo, não somente no tocante aos aspectos biofísicos, mas também no tocante aos aspectos socioeconômicos, são fundamentais para o entendimento da configuração atual e das possibilidades futuras relacionadas com um dado contexto agrário. Essa importância aumenta consideravelmente à medida que se percebe a estreita relação entre a questão agrária e as dinâmicas de desenvolvimento em nível local e regional.

Referências

- ANUALPEC – Anuário da Pecuária Brasileira. *O pasto perde espaço para a lavoura*. São Paulo: Instituto FNP, 2008. p. 34-40.
- BARCELLOS, J. O. J. et al. A bovinocultura de corte frente à agriculturização no sul do Brasil. In: CICLO DE ATUALIZAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA, 11, 2004, Lages. *Anais*. Lages: CAMEVUDESC, 2004. p. 13-30.
- BELIK, W.; PAULILO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 1990: ajuste e seletividade. In: LEITE, S. P. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 95-120.
- BRUM, A. J. *Modernização da agricultura no Planalto gaúcho*. Ijuí: FIDENE, 1982.
- CARDOSO, J. L. Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 59-74, mar.-abr. 1994.
- CARNEIRO, M. J. O desenvolvimento rural e o “Novo Rural”. In: SILVA, J. G. D. (Org.). *O Novo Rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. v. 4, p. 117-48.
- CARRER, C. D. C. et al. Alguns aspectos da política credífcia e o desenvolvimento da pecuária de corte no Brasil. *Ciência e Agrotecnologia*, v. 31, n. 5, p. 1455-61, 2007.
- CARVALHO, L. L. C.; PEREIRA, P. R. D.; CUNHA, P. F. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L. R. P. (Org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Lajeado: FEE, UNIVATES, 1998. p. 89-146.
- CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil. Brasília: 2000. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/cna/index.wsp>>. Acesso em: 20 out. 2004.
- DUDERMEL, et. al. *Política agrícola e diferenciação da agricultura na região noroeste do RS*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1995.
- EMATER-RS – ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Sumário de informações agropecuárias*. Porto Alegre: EMATER, 2005. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/index.php>>. Acesso em: 22 jul. 2005.
- FONTOURA, L. F. M. *Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha*. São Paulo: USP/ Instituto de Geografia, 2000. Tese de Doutorado.
- FRANÇA, T. J. F.; FREITAS, S. M. *Financiamento agrícola e sustentação da renda*. 2000. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br/finac/98.htm>. Acesso em: 22 ago. 2008.
- FRANTZ, T. R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da COTRIJUÍ*. Ijuí: FIDENE, 1982.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

- LAYTANO, D. D. *Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- MACEDO, L. O. B. Modernização da pecuária de corte no Brasil e a importância do Crédito Rural. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 36, n. 7, p. 83-95, jul. 2007.
- MACHADO, P. P. A política de colonização do império. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- MAGALHÃES, B. J. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil: um pouco sobre o debate político e acadêmico atual. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 12, 2006, Diamantina. *Anais. Economia, História, Demografia e Políticas Públicas*. Diamantina: CEDEPLAR. Online. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A109.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2009.
- MENEGHETTI, G. A. Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/biblioteca/ptbr/html/base-dados/digital/art18.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2009.
- MIELITZ NETTO, C. G. A. *Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira*. 1994. Campinas: UNICAMP, 1994. Tese de Doutorado.
- NEUMANN, P. S. *O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção*. Florianópolis: UFSC, 2005. Tese de Doutorado.
- PEBAYLE, R. Geografia rural das novas colônias do Alto Uruguai (RS-Brasil). *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 14, 1971.
- PESAVENTO, S. J. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- _____. *Pecuária e indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX*. Porto Alegre: Movimento, 1986.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.
- PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de novos paradigmas de desenvolvimento? In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS, 1995, Londrina. *Anais*.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- QUEIROZ, M. I. P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 19, p. 55-78, 1977.
- REZENDE, G. Crescimento agrícola no período 1999/2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005, Ribeirão Preto. *Anais*. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005. CD ROOM.
- ROCHA, J. M. da. As raízes do declínio econômico da Metade Sul do Rio Grande do Sul: uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região.

In: JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1, 2000, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: Fee, 2000. Online. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. São Paulo: Globo, v. 1, 1969. p. 10-69.

RUCKERT, A. A. *As transformações da agropecuária e a produção do espaço de um município rural no Centro do Espaço Rio-Grandense: o caso de Joia – RS*. Rio Claro: UNESP, 1985. Relatório Parcial de Pesquisa (Especialização).

SILVA NETO, B. *Estudo dos sistemas de produção agropecuários da região de Três de Maio/RS*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1997.

SOUZA, C. F. de. *Contrastes regionais e formações urbanas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

VALOR ECONÔMICO. *Empresas redesenham futuro dos pampas*. 9 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.madeiratotal.com.br/noticia.php?id=69555>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

3.1.2 Fórum de discussão da Unidade 3

A realidade agrária

Neste Fórum, você é convidado a refletir e a discutir sobre a questão da realidade agrária, tanto em seu sentido mais amplo quanto em suas especificidades locais e regionais.

Tópico I – Realidade agrária e concentração fundiária: a questão regional

Tendo como apoio os textos indicados, estabeleça um comparativo, em termos de sua dinâmica fundiária, entre a chamada “metade sul” e a região norte do Rio Grande do Sul, identificando as diferenças e semelhanças entre essas regiões. Para tanto, procure agregar questões acerca da história da ocupação, do modelo de produção no campo e da influência das políticas públicas.

Tópico II – Realidade agrária local: limites e potencialidades

A partir da discussão do tópico anterior, visualize, no âmbito de sua região, as especificidades, possíveis vocações e entraves ao desenvolvimento rural. Espera-se, neste momento, que você identifique algumas características de sua realidade agrária regional que a diferenciem ou aproximem de outras realidades.

3.1.3 Atividade de avaliação

Síntese 2

Nesta Unidade, foram estudados conteúdos referentes à realidade agrária. Tendo por base as leituras realizadas, as discussões no Fórum e suas próprias reflexões, elabore uma síntese dos assuntos tratados, procurando retratar sua realidade local/regional. A síntese deverá ter até duas páginas, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço simples, e poderá ser elaborada individualmente ou em grupos de até três componentes.

3.2 APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Nesta Unidade, o estudante é estimulado a refletir sobre a questão da agricultura além da produção agrícola *stricto sensu*. Para além das políticas de crédito e de preços e dos mercados dos produtos agrícolas, você entenderá que a estrutura social e política, o histórico de ocupação e a forma de distribuição da terra influenciam sobremaneira a dinâmica da agricultura e do desenvolvimento de determinada região ou país. Esse conhecimento deverá auxiliá-lo no exercício profissional, em especial em sua contribuição para a formulação de políticas públicas ou na definição de estratégias de mercados.

3.3 ATIVIDADES PRÁTICAS

- (1) Como a questão agrária tem condicionado a dinâmica e a evolução do desenvolvimento rural?
- (2) De que maneira as transformações tecnológicas na agricultura contribuíram para as diferentes configurações da estrutura agrária no Rio Grande do Sul?
- (3) Como as políticas públicas, em diferentes períodos, contribuíram para a realidade agrária sul-rio-grandense?

3.4 BIBLIOGRAFIA

3.4.1 Bibliografia básica da Unidade 3

ALMEIDA, J. O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais: usos “redutores” de um pretense paradigma “holístico”. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, jan.-abr. 2003. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/421.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

MIGUEL, L. de A. Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. In: _____. *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. Cap. 4, p. 133-147.

ROCHA, J. M. da. As raízes do declínio econômico da Metade Sul do Rio Grande do Sul: uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. In: JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1, 2000, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre: Fee, 2000. Online. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1996, Caxambu. *Anais*. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

3.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 3

Demais referências bibliográficas indicadas nas disciplinas DERAD002, DERAD003, DERAD004, DERAD005, DERAD006, DERAD007.

UNIDADE 4 – O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Introdução

Nesta quarta e última Unidade, é analisado o papel do Estado e da sociedade, considerados atores sociais. Entende-se por atores sociais, neste contexto, pessoas – consideradas tanto individualmente quanto coletivamente, isto é, organizadas em grupos – que sejam capazes e queiram agir. Em outras palavras, pessoas que não se mantenham passivas, mas que busquem produzir fatos. Ressalta, entre esses fatos, a interferência sobre a realidade do entorno, através, por exemplo, da promoção do desenvolvimento local e regional. Espera-se que a abordagem destes conteúdos, juntamente com aqueles já estudados nas Unidades anteriores, auxilie o estudante na elaboração do Trabalho Final do **Seminário Integrador I**.

Objetivos

Os objetivos da Unidade 4 são:

- (1) conduzir o estudante a identificar, com base nos conteúdos estudados até esta etapa do Curso, qual é o papel do Estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento local e regional; e
- (2) estimular o estudante a refletir criticamente acerca do papel do Estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento local e regional, capacitando-o a elaborar uma síntese final da disciplina.

4.1 CONTEÚDOS

4.1.1 Texto didático da Unidade 4

*João Armando Dessimon Machado*¹⁷

A bibliografia básica sugerida (que pode variar para cada nova turma) provém de disciplinas cursadas anteriormente pelos estudantes ou é um elenco de novas referências indicadas aqui, com o intuito de orientá-los a buscarem a integração entre os diferentes conteúdos, como forma de estimular o olhar crítico e propiciar a expansão do conhecimento.

¹⁷ Doutor em Economia Agroalimentar (Universidade de Córdoba, Espanha); professor e pesquisador dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e Agronegócios (PPG-Agronegócios/UFRGS).

Esta bibliografia tem por característica apresentar exemplos ou alternativas de ações capazes de promover efetivamente e/ou de auxiliar na promoção do desenvolvimento local e regional a partir de:

- ▶ instituições públicas (por exemplo, Extensão Rural, Secretarias municipais);
- ▶ profissionais da assistência técnica pública;
- ▶ associações representativas da população;
- ▶ líderes comunitários.

A interação entre os diferentes agentes envolvidos direta e indiretamente nessas ações é enfatizada ao se apontar a necessidade de um olhar sistêmico sobre a região de atuação.

Estimulando a reflexão

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que o material desta última Unidade não terá o formato tradicional de um artigo científico a ser submetido a um periódico. Aproxima-se um pouco da estrutura de um capítulo de livro (sem ter, no entanto, esta intenção e pretensão); mas está efetivamente mais próximo do resumo de uma palestra. Este formato menos formal, longe de ser casual, foi escolhido propositalmente, com dois principais objetivos:

- (a) não se tornar para o leitor *a* referência ou *a* leitura fundamental para o estudo/compreensão/interpretação dos temas propostos. Por isso, inclui-se aqui uma noção metodológica (apenas uma “pista”, que, espera-se, seja motivadora) e orientadora (que deve ou pode ser diferente para cada leitor, segundo suas convicções, valores, objetivos);
- (b) mostrar diferentes estilos de comunicação. Observe-se que são usados diferentes estilos para a confecção do material de apoio em cada uma das Unidades. Uma vez mais, trata-se de uma tentativa de estimulação à criatividade do leitor, ou seja, de propor-lhe diferentes olhares e modos de expressão para, posteriormente, verificar sua forma particular de apropriar-se das informações e de interpretá-las.

Feitos estes esclarecimentos, cabe ainda estender um pano de fundo que se julga importante ao tratar do tema central desta Unidade: **o papel do Estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento local e regional**. Esse pano de fundo é a compreensão do que se entende ou do que pode ser entendido como **desenvolvimento**.

Sem apresentar as diferentes correntes – porque isso deve ser feito por meio das leituras básicas e complementares indicadas nas disciplinas do Curso –, aqui se aborda o desenvolvimento como um processo de transformação. De transformação da sociedade em seu conjunto, que enquanto processo, é dinâmica; enquanto transformação, é permanente; enquanto sociedade, é abrangente e sistêmica. E sempre esperando que tal processo seja capaz de conduzir as populações a uma situação melhor em relação àquela na qual se encontravam anteriormente. Mas, o que é uma situação melhor? Cabe, evidentemente, aos próprios envolvidos responder.

Estabelecendo uma conexão com lições básicas de teoria econômica, a utilização dessa noção de desenvolvimento remete-nos à ideia de promoção da sociedade no sentido paretiano (adjetivo que remete a Vilfredo Pareto, 1848-1923, economista e sociólogo italiano, de origem francesa, que se notabilizou pelo uso da matemática na análise econômica). Ou, diz-se que há uma melhoria de Pareto quanto foi possível melhorar a situação de um ou mais indivíduos, sem prejudicar a de outros. Assim, caso tenha havido uma piora ou um prejuízo para alguém, mesmo que outros tenham melhorado, diz-se que não houve uma melhoria de Pareto.

Portanto, o olhar holístico/sistêmico, já destacado ao longo desta e de outras disciplinas, deve permanecer vivo neste momento de inter-relacionar conteúdos.

Outro ponto para o qual se chama a atenção do leitor diz respeito ao fato de que ainda não foi descoberta ou inventada uma fórmula mágica e definitiva de desenvolvimento. Isso significa uma limitação, mas talvez também, ao mesmo tempo, uma grande chance.

Neste particular, e especificamente no setor agropecuário, pode-se destacar uma fórmula do passado, que se julgou ser capaz de promover o desenvolvimento do meio rural, a chamada *Revolução Verde*: baseando-se no uso intensivo de insumos ditos modernos, ela auxiliou, sim, várias regiões; mas é verdade também que tornou outras regiões ainda mais dependentes, sem conseguir promover o desejado desenvolvimento. Em suma, não se conseguiu atingir uma situação de ótimo paretiano (melhoria para todos, sem prejuízo para outrem).

Outra constatação a lembrar é a de que o crescimento econômico por si só não leva ao desenvolvimento. *Vide* por exemplo uma comparação entre Brasil e Irlanda. O Brasil é bem mais rico que a Irlanda; figura entre os países de maiores PIBs (Produto Interno Bruto) do mundo, ao contrário da Irlanda. Entretanto, as desigualdades socioeconômicas e o percentual da população que passa por necessidades básicas são bem superiores no Brasil. Por quê? Como?

Isso, por si só, direciona a reflexão para mais um fato a ser avaliado em relação ao chamado desenvolvimento: as estratégias para sua promoção. Assim, enquanto alguns países ou regiões parecem ter conseguido adotar estratégias capazes de promover o desenvolvimento, mesmo possuindo menos recursos físicos e financeiros, por exemplo, outros não o conseguem. Por quê? Como?

As leituras básicas e complementares deverão auxiliar nessa busca. Entretanto, preliminarmente, é necessário prestar atenção a dois agentes fundamentais, que figuram no título desta Unidade: o Estado e a sociedade: o Estado, enquanto instituição proponente de políticas públicas de incentivo, de regulação e de correção de rumos; a sociedade, enquanto agente de modificação do Estado. Lembrando: o Estado democrático é reflexo da sociedade que se tem e que se quer, e deve a ela servir, e não o inverso.

A partir desses pontos, o prosseguimento da reflexão pode ser enriquecido com a tentativa de encontrar resposta à seguinte questão: qual é o principal elemento diferenciador capaz de fazer com que uma sociedade atinja o *status* de desenvolvida?

Para responder a esta pergunta crucial cabe evocar outra aula de teoria econômica básica, aquela que diz respeito a sistemas econômicos. Ali se aprende que, em termos de concepção teórica, há dois sistemas econômicos fundamentais: aquele baseado na livre iniciativa e aquele baseado na planificação centralizada.

A principal diferença entre esses sistemas diz respeito à propriedade dos recursos de produção. No primeiro eles pertencem aos indivíduos e, portanto, são privados. No segundo, eles pertencem à coletividade. Bem, os estudos da História e da Economia mostram ao mundo o fracasso dessas duas concepções extremas e antagônicas, ressaltando que, há muito tempo, o que predomina nas nações não é a adoção de uma ou de outra dessas concepções, mas, sim a adoção de sistemas chamados mistos, que buscam eliminar características indesejáveis de ambas e, ao mesmo tempo, preservar e valorizar aquelas características de uma e de outra que servem aos interesses da sociedade. Daí resulta que não há um sistema econômico igual a outro, mas que todos têm a mesma responsabilidade perante a sociedade que os adotou, no sentido de conseguir responder adequadamente a quatro questões fundamentais:

- ▶ O que e quanto produzir (nível de referência econômico)?
- ▶ Como produzir (nível de referência tecnológico)?
- ▶ Para quem produzir (nível de referência social)?
- ▶ O que reservar (todos os níveis de referência, pois visa a garantir as condições futuras de produção)?

Mas o ponto fundamental a destacar é que, seja qual for o sistema econômico adotado por uma sociedade – mais próximo ou mais distante de qualquer uma das concepções radicais –, os elementos básicos que o constituem são exatamente os mesmos, a saber:

- ▶ estoque de recursos de produção;
- ▶ conjunto de unidades de transformação; e
- ▶ conjunto de instituições.

Ora, se os elementos são os mesmos em todos e para todos os sistemas, então já se tem um ponto de partida concreto para visualizar as causas de um estado de desenvolvimento ou de subdesenvolvimento.

Será que a explicação está nos estoques de recursos? Há muito tempo, já foi dada a resposta a esta questão: “Não”. Pois, se assim fosse, o Brasil, por exemplo, seria altamente desenvolvido e a Holanda, subdesenvolvida. Diga-se de passagem que são raras as nações tão ricas quanto o Brasil nesse quesito.

Estaria o problema, então, nas unidades de transformação? Outro convicto e decidido “Não”. A abertura de mercados, as interações internacionais, os intercâmbios entre nações, instituições e empresas e a mobilidade do capital fizeram com que múltiplas unidades de produção se tenham tornado comuns a várias sociedades.

Países há, classificados como “em desenvolvimento”, que têm plantas modernas, de última geração.

As inúmeras áreas do conhecimento humano têm apontado que a efetiva diferença está no terceiro grande componente: o conjunto de instituições, sua existência, sua solidez, sua integridade, sua eficiência e eficácia. As sociedades que entenderam isso e foram capazes de montar estratégias para consolidar e robustecer suas instituições econômicas, sociais, jurídicas e políticas fazem parte, hoje, do bloco dos países chamados “desenvolvidos”. Por outro lado, coincidentemente, todos aqueles países cujas instituições são débeis invariavelmente fazem parte do bloco dos subdesenvolvidos.

Sob a responsabilidade de quem estão essas instituições? Do Estado e/ou da sociedade, é a resposta; ou, mais precisamente, das pessoas. Ou seja, as pessoas “fazem” o Estado; as pessoas “fazem” a sociedade. Ora, então, quem são os atores sociais? As pessoas. Mas, como foi mencionado na introdução desta Unidade, o ator social busca produzir fatos. Assim sendo, essas pessoas podem ser apáticas? Podem fugir de responsabilidades? Principalmente quanto a seu entorno? Podem simplesmente esperar por decisões – de ordem política, econômica, técnica, social, etc. – de instâncias superiores?

Além de levar em conta todos esses elementos, para refletir acerca do papel do Estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento dessa sociedade, adotando diferentes visões e instrumentos (por exemplo, econômicos, sociais), há que se estar consciente e convicto quanto ao principal responsável por essa promoção, quer para o bem, quer para o mal: o homem.

Adquirem, portanto, importância todas as atitudes e ações em prol da expansão de todos os potenciais – intelectuais, culturais, tecnológicos e outros – dos indivíduos. E isso, em qualquer nação, reverte, invariavelmente, em investimentos em educação, ciência e tecnologia.

Ainda para consolidar a reflexão a respeito do papel do Estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento, cabe lembrar sempre que, como se pode verificar ao redor do mundo, o componente fundamental é o material humano. A capacidade que o Estado e a sociedade tiverem para promover o capital social e o “empoderamento”¹⁸ das pessoas certamente fará a diferença. As diferentes abordagens do desenvolvimento bem como a definição de ações “empoderadoras” podem auxiliar nessa compreensão.

Como a proposta é a permanente reflexão, pensemos sobre um exemplo mais:

O que mudou na Coreia do Sul dos anos 1970 para os dias de hoje (afora o distanciamento da guerra)? Seu solo? Seu clima? Seu relevo? Seu estoque de recursos naturais? Seguramente não. O que mudou foi seu capital social. Foi este o responsável pela alavancagem das condições de vida da população em geral. Se as condições naturais e os recursos físicos do país eram os mesmos, como se alterou

18 É necessário ler na íntegra o artigo de MACHADO, HEGEDÜS & SILVEIRA (2006), constante da Bibliografia básica da Unidade 4, para compreender o significado do substantivo *empoderamento* (em inglês, *empowerment*) e do adjetivo *empoderadoras*, aqui utilizados.

sua condição socioeconômica? Teve que haver, sim, uma atitude inicial de diagnóstico da real situação da sociedade. Passo seguinte: teve que haver, sim, a decisão de investir fundamentalmente em capital humano, no intuito de propiciar ao cidadão, paulatinamente e constantemente, a capacidade de contribuir cada vez mais para seu aprimoramento pessoal e o da sociedade em seu conjunto.

Segredo coreano? Nenhum. O país mostrou ao mundo o que fez, a exemplo de outras nações, como a Holanda e a Irlanda. Passou a investir maciçamente na qualificação das pessoas. Passou a investir maciçamente em educação, ciência e tecnologia¹⁹. O resultado é de todos conhecido.

Feitos esses comentários e alertas, à guisa de estimulação para uma nova abordagem e uma nova visão do material trabalhado até este momento do curso, os conteúdos serão desenvolvidos por meio da realização de um fórum, e, posteriormente, será proposta uma atividade de avaliação, como segue.

4.1.2 Fórum de discussão da Unidade 4

Estado e sociedade na promoção do desenvolvimento local

Neste fórum, iremos debater, a partir dos textos indicados na Unidade 4, como o Estado, por meio das instituições oficiais responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas para o mundo rural, e a sociedade, por meio de suas entidades representativas, auxiliam na promoção e implementação do desenvolvimento rural.

Tópico: Interação entre Estado e sociedade civil na promoção do desenvolvimento rural

Tendo por base os textos indicados, reflita sobre o papel das entidades representativas (sindicatos, cooperativas, associações e outras) bem como de órgãos públicos (em nível local, estadual e federal) na promoção e implementação do desenvolvimento rural em nível local e regional. Em outras palavras, qual é o papel do poder público e das entidades representativas na promoção e implementação do desenvolvimento rural?

4.1.3 Atividade de avaliação

Proposta preliminar do Trabalho Final

O estudante deverá entregar uma proposta preliminar do Trabalho Final do **Seminário Integrador I**, compreendendo uma folha de rosto, com os dados de identificação do trabalho, e uma segunda folha, em que deverá ser apresentada uma proposta de estrutura do trabalho, além das ideias principais a serem desenvolvidas em cada parte do texto.

19 Atenção às leituras. Tecnologia, em agricultura, por exemplo, pode não significar o uso do último lançamento em termos de fertilizantes ditos modernos; pode referir-se a uma forma alternativa de produção, por vezes mais exigente em conhecimento, com insumos naturais menos agressores ao meio ambiente, ao produtor e ao consumidor.

Trabalho Final

O Trabalho Final, a ser realizado de forma individual, contemplará as discussões e reflexões feitas durante o Seminário Integrador I. Para tanto, é preciso que você realize um esforço de síntese pessoal, explicando sua realidade local ou regional a partir dos conteúdos desenvolvidos nesta disciplina. Este trabalho deverá ter aproximadamente 5 (cinco) páginas e ser digitado em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaço simples.

4.2 APLICAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

Espera-se que, ao revisar, de forma crítica, conteúdos que mostrem os possíveis papéis do Estado e da sociedade na promoção do desenvolvimento local/regional, você se capacite enquanto agente desse desenvolvimento, atuando, por exemplo, como agente técnico junto a Secretarias municipais ou estaduais, ou prestando assessoria em projetos locais regionais ou na formulação de políticas dirigidas.

4.3 ATIVIDADES PRÁTICAS

- (1) Como a integração entre diferentes teorias pode auxiliar numa melhor compreensão do processo de desenvolvimento?
- (2) Identifique ações do Estado capazes de promover o desenvolvimento local.
- (3) De que forma a sociedade civil atua na promoção do desenvolvimento local?
- (4) De que maneira interagem o Estado e a sociedade civil na promoção do desenvolvimento?
- (5) Como você pode, na qualidade de cidadão e de tecnólogo em Desenvolvimento Rural, ajudar na promoção do desenvolvimento de sua região?

4.4 BIBLIOGRAFIA

4.4.1 Bibliografia básica da Unidade 4

HENRIQUES, M. A. Uma alternativa associativa para o desenvolvimento rural? In: CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 1, 2001, Vila Real-Portugal. *Anais*. Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 2001. Disponível em: <<http://home.utad.pt/~des/cer/CER/DOWNLOAD/4019.PDF>>.

MACHADO, J. A. D.; HEGEDŪS, P. de; SILVEIRA, L. B. da. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o “empowerment”. *Revista Ciência Rural*, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 641-7, mar.-abr. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=33136244&iCveNum=4171>>.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Orgs.). *Planejamento do desenvolvimento dos terri-*

tórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMABRAPA, 2002. p. 113-28. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2002/Desenvolvimento_Rural.pdf>.

SOUZA, A. L.; FILIPPI, E. E. Desenvolvimento rural na perspectiva da relação Estado e Mercado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco. *Anais*. Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/501.pdf>>.

4.4.2 Bibliografia complementar da Unidade 4

Demais referências bibliográficas indicadas nas disciplinas DERAD002, DERAD003, DERAD004, DERAD005, DERAD006, DERAD007.



- 1. INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O ENSINO A DISTÂNCIA**
Mára Lúcia Fernandes Carneiro

- 2. DINÂMICA E DIFERENCIAÇÃO DE SISTEMAS AGRÁRIOS**
Lovois de Andrade Miguel (Org.)

- 3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO**
Marcelo Antônio Conterato
Eduardo Ernesto Filippi

- 4. TEMÁTICAS RURAIS: DO LOCAL AO REGIONAL**
Roberto Verdum
Luiz Fernando Mazzini Fontoura

- 5. MÉTODOS DE PESQUISA**
Tatiana Engel Gerhardt
Denise Tolfo Silveira (Orgs.)

- 6. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS**
Ivaldo Gehlen
Daniel Gustavo Mocelin (Orgs.)

- 7. ETNODESENVOLVIMENTO E MEDIAÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS NO MUNDO RURAL**
José Carlos dos Anjos
Leonardo Leitão

Impressão:
Gráfica da UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 2500 - Porto Alegre, RS
Fone/Fax (51) 3308-5083
grafica@ufrgs.br
www.grafica.ufrgs.br

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Sara Viola Rodrigues • Editoração: Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Fernanda Kautzmann, Luciane Delani, Maria da Glória Almeida dos Santos e Rosângela de Mello; suporte editorial: Samir Duarte da Silva e Tales Gubes Vaz (bolsistas) • Administração: Najára Machado (coordenadora), Angela Bittencourt, Laerte Balbinot Dias, Jaqueline Trombin e Valéria da Silva Gomes; suporte administrativo: Getúlio Ferreira de Almeida, Janer Bittencourt • Apoio: Idalina Louzada e Laércio Fontoura.

São reunidos neste livro os conteúdos da disciplina Seminário Integrador I (DERAD 09) oferecida no segundo módulo do curso de graduação tecnológica na modalidade a distância Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da UFRGS.

Os diferentes textos apresentados buscam promover uma reflexão de cunho multidisciplinar acerca da problemática do desenvolvimento local e regional, seus fatores limitantes e suas potencialidades.

Amparando-se fortemente em conteúdos didáticos das disciplinas até então oferecidas no âmbito do curso PLAGEDER, busca-se colocar em evidência a dimensão da ação dos atores sociais nas diversas instâncias dos processos de desenvolvimento.